



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE – UERN
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS NATURAIS – PPGCN
MESTRADO EM CIÊNCIAS NATURAIS – MCN



RENATA FERNANDES DE OLIVEIRA

**UM OLHAR ACERCA DA PERCEPÇÃO AMBIENTAL A PARTIR DA INCLUSÃO
DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA DAS INSTITUIÇÕES DE MOSSORÓ-RN**

MOSSORÓ
2018

RENATA FERNANDES DE OLIVEIRA

**UM OLHAR ACERCA DA PERCEPÇÃO AMBIENTAL A PARTIR DA INCLUSÃO
DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA DAS INSTITUIÇÕES DE MOSSORÓ-RN**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Naturais, da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, como requisito para obtenção do título de mestre em Ciências Naturais.

Orientador: Prof. Dr. Ramiro Gustavo Valera Camacho

Coorientador: Prof. Dr. Diego Nathan do Nascimento Souza.

MOSSORÓ

2018

RENATA FERNANDES DE OLIVEIRA

**UM OLHAR ACERCA DA PERCEPÇÃO AMBIENTAL A PARTIR DA INCLUSÃO
DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA DAS INSTITUIÇÕES DE MOSSORÓ-RN**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Naturais, da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, como requisito para obtenção do título de mestre em Ciências Naturais.

Orientador: Prof. Dr. Ramiro Gustavo Valera Camacho

Coorientador: Prof. Dr. Diego Nathan do Nascimento Souza.

Aprovado em ___/___/___.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Ramiro Gustavo Valera Camacho
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE – UERN

Prof. Dr. Diego Nathan do Nascimento Souza
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE – UERN

Profa. Dra. Ludmilla Serafim
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO – UFERSA

Profa. Dra. Ana Lúcia Oliveira Aguiar
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE – UERN

BIOGRAFIA

Eu me chamo Renata Fernandes de Oliveira, sou deficiente física e filha do casal Raimundo Fernandes de Oliveira (in memoriam) e Maria da Conceição Soares Fernandes, mulher guerreira que lutou e enfrentou preconceito, vencendo obstáculos da inclusão para que eu estudasse e fosse inserida na sociedade.

Nasci em 1977 na cidade de Embú-SP. Um bebê forte e saudável; mas no ano de 1979, quando fui visitar meu avô na cidade de Caraúbas – RN, fui infectada pelo vírus da poliomielite, perdendo os movimentos dos membros inferiores. Iniciando assim, a luta da minha mãe pela inclusão escolar, tendo que brigar pela minha aceitação na escola.

Bom, mas por que eu escolhi ser bióloga? Para começar: Sempre gostei de animais, plantas e laboratório, isso me estimulou a fazer o curso. A minha vida acadêmica começou no ano 2000, quando entrei no curso de Ciências Biológicas na Universidade Estadual do Rio Grande do Norte - UERN, cheia de expectativas, no entanto enfrentei grandes desafios para participar das aulas de campo e laboratório, mas mesmo assim lutei para ser incluída nessas atividades. Mesmo sendo bióloga, tinha dificuldade de conhecer a biodiversidade do Bioma Caatinga, isso me levou a pensar na questão da inclusão das pessoas com deficiência na Educação Ambiental.

Por fim, gostaria de falar um pouco sobre a experiência do mestrado, essa proposta de trabalho de pesquisa, desde começo foi um tema bastante desafiador não só para mim, mas também para o meu orientador. Minha vontade é contribuir na educação ambiental das pessoas com deficiências trazendo um pouco dessa riqueza do Bioma Caatinga e despertando um novo olhar dos gestores e presidentes das entidades para desenvolver trabalhos de Educação Ambiental.

Hoje, sou professora e proprietária de um centro de reforço escolar onde desenvolvo trabalhos de inclusão social de crianças com deficiência fazendo com que as mesmas sintam-se parte integrante da sociedade, procurando efetivar as leis pertinentes à inclusão. Assim, invés de excluir essas crianças optei por educá-las, respeitando suas limitações.

LISTAS DE SIGLAS

ADVM - Associação dos Pessoas com deficiência Visuais de Mossoró
APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
ASMO - Associação dos Surdos de Mossoró
CENESP - Centro Nacional de Educação Especial
CONAMA - Conselho Nacional de Meio Ambiente
EA - Educação Ambiental
EI - Educação Inclusiva
FMCDMR - Fórum de Mulheres com Deficiência de Mossoró e região
IBC - Instituto Benjamin Constant
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INES - Instituto Nacional de Educação de Surdos
LDB - LEI DE Diretrizes e Bases
LDBEN - Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional
LIBRAS - Língua Brasileira de Sinais
MEC - Ministério da Educação
MMA - Ministério do Meio Ambiente
NEA - Núcleos de Educação Ambiental
OMS - Segundo a Organização Mundial de Saúde
ONU - Organização das Nações Unidas
PEEA – Programa Estadual de Educação Ambiental
PNEA - Política Nacional de Educação Ambiental
PNUMA - O Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
ProNEA - Programa Nacional de Educação Ambiental
PRONEA - Programa Nacional de Educação Ambiental
SISNAMA - Sistema Nacional de Meio Ambiente
UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Localização das Instituições (★) na cidade de Mossoró.....	44
---	----

LISTAS DE TABELAS

Tabela 1 - Crescimento de instituições para pessoas com deficiência mentais em relação às outras.....	31
Tabela 2 – Gênero dos associados.....	53
Tabela 3 - Residência dos associados.....	54
Tabela 4 - Grau de escolaridade do associados.	54
Tabela 5 - O que é meio ambiente para os associados.	55
Tabela 6- O que é Educação Ambiental para os associados.....	57
Tabela 7- Existência de ações afirmativas de educação ambiental nas entidades. ...	60
Tabela 8 - Os responsáveis pelo surgimento dos problemas ambientais segundo os associados.	62
Tabela 9 - Os responsáveis por solucionar os problemas ambientais segundo os associados	63
Tabela 10 - Ações de preservação praticadas pelos associados.....	66
Tabela 11 - O que é Bioma para os associados.....	66
Tabela 12 - O que é desenvolvimento sustentável para os associados.....	68
Tabela 13 – Inclusão das pessoas com deficiência.	68
Tabela 14 – Ações praticadas pelos associados para a economia de água.....	70

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	20
1.1.OBJETIVOS.....	22
1.1.1. Objetivo Geral.....	22
1.1.2. Objetivos Específicos.....	22
2. REFERENCIAL TEÓRICO	23
2.1.BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL	23
2.2.EA AOS OLHOS DA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA	28
2.3.BREVE ANÁLISE DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL.....	30
2.4.EI AOS OLHOS DA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA.....	34
3. CARACTERIZAÇÃO DO SUJEITO DO ESTUDO	38
3.1.DEFICIÊNCIA AUDITIVA.....	39
3.2.DEFICIÊNCIA VISUAL.....	40
3.3.DEFICIÊNCIA INTELECTUAL	41
3.4.DEFICIÊNCIA FÍSICA.....	42
4. METODOLOGIA	44
4.1.LOCALIZAÇÃO DA PESQUISA.....	44
4.2.METODOLOGIA UTILIZADA.....	47
4.2.2. Realização da coleta de dados.....	52
4.2.3. Tratamento dos dados.....	52
4.2.4. Período de Guarda dos dados coletados.....	52
4.2.5. Análise dos dados	53
5. RESULTADOS E DISCUSSÃO	53
5.1.CONHECENDO NOSSOS ENTREVISTADOS.....	53
5.2.PERCEPÇÃO AMBIENTAL DO PÚBLICO ALVO.....	55
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	71
REFERÊNCIAS.....	75
APÊNDICES.....	76

RESUMO

A Educação Ambiental (EA) apresenta grande relevância para despertar o ser humano para a visão ambientalista consciente. Além de essencial, a EA tornou-se obrigatória, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidade do processo educativo, em caráter formal e não formal, de acordo com o que rege a lei nº 9.795/99. Todos sem distinção possuem direito à Educação Ambiental e têm obrigações na manutenção do meio ambiente saudável, assim, as pessoas com deficiência estão asseguradas desse direito também, porém, não é o que acontece na prática. Dada à relevância da inclusão social das pessoas com deficiência na sociedade, conciliada à importância do acesso à EA e ao meio ambiente saudável, este trabalho visou a produzir um diagnóstico nas entidades da cidade de Mossoró-RN, sobre a concepção dos indivíduos em relação ao meio ambiente que vivem e sua interação com este, e ainda, sensibilizando as associações sobre a importância e a necessidade da preservação e conservação dos recursos naturais, desencadeando um processo de alfabetização ecológica e de sentido ético e social junto aos associados que são atendidos pelas entidades. Foi utilizada como metodologia a pesquisa quali-quantitativa, descritiva e exploratória. Para o diagnóstico realizou-se entrevistas com associados de quatro instituições que atendem pessoas com deficiência na cidade de Mossoró localizada no Estado do Rio Grande do Norte; Associação de pais e amigos dos excepcionais de Mossoró (APAE); Associação dos surdos de Mossoró (ASMO); Fórum de Mulheres com Deficiência de Mossoró e região e Associação dos pessoas com deficiência visuais de Mossoró (ADVM). No final da coleta de dados, foi analisada as informações e percebeu-se que a maioria dos pessoas com deficiência auditivos apresentou maior dificuldade em apresentar respostas coerentes e identificou como meio ambiente os componentes naturais e também como lugares que foram apropriados pelo ser humano, como a própria casa. Os pessoas com deficiência físicos do fórum de mulheres expressaram certa dificuldade em responder as questões de definição de desenvolvimento sustentável, porém foram os que mais se aproximaram da definição de Educação Ambiental. Quanto à percepção de meio ambiente dos associados do Fórum de Mulheres Pessoas com deficiência de Mossoró, destacaram-se apenas fatores naturais do meio ambiente. Os associados com deficiência visual apresentaram experiências da própria vida para exemplificar sobre alguns problemas ambientais. No entanto, os associados da APAE foram os que apresentam uma maior proximidade com a EA, apesar de não ter sido possível a aplicação de questionário com esses associados, por conta das limitações intelectuais que estes possuem, o diagnóstico sobre a percepção ambiental se deu através da fenomenologia. Os associados da APAE são os únicos a desfrutarem de Trabalhos de EA, como o Jardim Sensorial, coleta seletiva, hortas orgânicas, etc . Ao final da aplicação dos questionários foi feita, também, uma oficina com os associados da ADVM. Os pessoas com deficiência visuais que participaram da oficina demonstraram que possuíam poucas experiências que permitiram contato com plantas, natureza e conhecer as adaptações do Bioma Caatinga.

Palavras-chave: Educação Ambiental; Pessoas com Deficiência; Semiárido; Vulnerabilidade Social.

A look at environmental perception from the inclusion of people with disabilities from the Mossoró-RN institutions

ABSTRACT

Environmental Education (EE) has great relevance to awaken the human being to the conscious environmentalist vision. Besides being essential, the EA has become mandatory, and must be present, in an articulated way, at all levels and modality of the educational process, in a formal and non-formal, according to what governs the law n ° 9.795 / 99. All without distinction have the right to Environmental Education and have obligations to maintain a healthy environment, so people with disabilities are assured of this right too, but it is not what happens in practice. Given the relevance of the social inclusion of people with disabilities in society, reconciled with the importance of access to EE and the healthy environment, this work aimed to produce a diagnosis in the entities of the city of Mossoró-RN, on the conception of individuals in relation to the environment and their interaction with it, and also raising awareness about the importance and need of preservation and conservation of natural resources, triggering a process of ecological literacy and an ethical and social sense among the members that are attended by the entities . Qualitative, descriptive and exploratory research was used as methodology. For the diagnosis, interviews were carried out with members of four institutions that attend people with disabilities in the city of Mossoró, located in the State of Rio Grande do Norte; Association of parents and friends of the exceptional Mossoró (APAE); Association of the deaf of Mossoró (ASMO); Forum for Women with Disabilities in Mossoró and region and Association of the visually impaired in Mossoró (ADVM). At the end of the data collection, the information was analyzed and it was noticed that the majority of the hearing impaired presented greater difficulty in presenting coherent answers and identified as natural environment the natural components and also as places that were appropriated by the human being, home. The handicapped women in the women's forum expressed a certain difficulty in answering the questions of defining sustainable development, but they were the ones that most approached the definition of Environmental Education. Regarding the perception of the environment of the members of the Forum of Disabled Women of Mossoró, only natural factors of the environment were highlighted. Those with visual impairment presented life experiences to exemplify some environmental problems. However, APAE associates were those that are more closely related to AD, although it was not possible to apply questionnaires to these associates, because of the intellectual limitations they have, the diagnosis of environmental perception occurred through of phenomenology. APAE members are the only ones to enjoy EA Works, such as the Sensorial Garden, selective collection, organic gardens, etc. At the end of the application of the questionnaires, a workshop was also held with ADVM members. The visually impaired people who participated in the workshop demonstrated that they had few experiences that allowed contact with plants, nature and to know the adaptations of the Caatinga Biome.

Keywords: Environmental Education; Disabled people; Semi-arid; Social Vulnerability.

1. INTRODUÇÃO

O ser humano sempre estabeleceu uma relação de dependência com os recursos existentes na natureza, uma vez que essa é sua fonte de sobrevivência. Com o desenvolvimento tecnológico, o ser humano tenta aumentar a sua produção colocando em riscos os recursos naturais, o ritmo acelerado do progresso técnico está diretamente ligado às alterações provocadas no meio ambiente, fato que compromete a existência da humanidade (SILVA & CRISPIM, 2011). Tais alterações vêm despertando preocupações e crescente interesse social sobre os problemas ambientais.

Os problemas ambientais que circulam por todas as esferas da sociedade, geram debates, questionamentos e movimentos na sociedade, pois assim estimulam a mudança daquilo que pode ser melhorado para um equilíbrio salutar para todos os povos. Educação Ambiental é a aprendizagem de como gerenciar e melhorar as relações entre a sociedade humana e o ambiente, de modo integrado e sustentável (EFFTING, 2007). Esse instrumento de conscientização visa realizar transformações em que constitui os direitos dos cidadãos, assemelhando-se aos direitos fundamentais, ou seja, ligado aos direitos e deveres da cidadania.

Na década de 1960 e 1970, com a intensificação da industrialização, iniciou-se a retirada desordenada dos recursos naturais. Por esse motivo, surgiu a necessidade de fomentar a EA. Jacobi (2003, p.188) afirma que a EA:

Perpassa uma reflexão sobre as práticas sociais, em um contexto marcado pela degradação permanente do meio ambiente e do seu ecossistema, envolve uma necessária articulação com a produção de sentidos sobre a educação ambiental. A dimensão ambiental configura-se crescentemente como uma questão que envolve um conjunto de atores do universo educativo, potencializando o engajamento dos diversos sistemas de conhecimento, a capacitação de profissionais e a comunidade universitária numa perspectiva interdisciplinar.

Ainda de acordo com Jacobi (2003, p. 188), no Brasil, essa problemática também está presente.

Tomando-se como referência o fato de a maior parte da população brasileira viver em cidades, observa-se uma crescente degradação das condições de vida, refletindo uma crise ambiental. Isto nos remete a uma

necessária reflexão sobre os desafios para mudar as formas de pensar e agir em torno da questão ambiental numa perspectiva contemporânea.

De acordo com Maciel (2010), a EA é uma ação interdisciplinar para ser trabalhada por todas as idades, comunidades e realidades, em que se considera o meio ambiente em sua totalidade. A EA deve preparar o ser humano, mediante a compreensão dos principais problemas do mundo contemporâneo, proporcionando-lhe conhecimentos técnicos e as qualidades necessárias para desempenhar uma função produtiva, com vistas a melhorar a qualidade de vida e proteger o meio ambiente, prestando a devida atenção aos valores éticos.

A EA induz o sujeito à adesão de posturas ecologicamente corretas e, certamente, funciona como uma ferramenta para o desenvolvimento sustentável da sociedade, estimulando uma articulação entre as pessoas em favor da questão ambiental, desenvolvendo estratégias antidegradatórias ao meio ambiente (BRASIL, 1998). Dessa forma, atividades com esse intuito tendem a ser imprescindíveis em busca da sustentabilidade do ser humano na Terra.

Observando-se que segundo o PNEA publicado no ano 2005, é direito e dever de todo cidadão participar na construção de um ambiente saudável e promover um desenvolvimento de forma sustentável construindo assim valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, busca-se trazer a inclusão das pessoas com deficiência também dentro dessa esfera, tornando-os cidadãos ativos na busca por um meio ambiente de qualidade.

A Constituição Federal de 1988, também assegura o direito a um ambiente saudável a todos em seu inciso VI, do parágrafo 1º do artigo 225, que declara que a educação ambiental deve ser implementada em todos os níveis e idades sendo responsabilidade do Estado e instituições não governamentais programar essa educação através de projetos que envolvam jovens, crianças, índios e pessoas com deficiência. O descompromisso com esse artigo caracteriza o não cumprimento do Estado para com o ensino e para com o bem estar de todos (BRASIL, 1997).

O acesso igualitário a todos os espaços da vida é um pré-requisito para os direitos humanos universais e liberdades fundamentais do cidadão. O esforço rumo a uma sociedade inclusiva é a essência do desenvolvimento social sustentável. Segundo o Censo 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE,

14,5% da população brasileira são pessoas com deficiência, ou seja, aproximadamente 24,6 milhões de pessoas (IBGE, 2010). Diante desse contexto entende-se que a inclusão social das pessoas com deficiências, deve-se acontecer em todas as esferas, eliminando barreiras físicas e de comunicação dessas pessoas. Gatto (2013) afirma que a EA deve ser acessível a todos os cidadãos sem tipo de distinção; entretanto, na prática, as pessoas com deficiência encontram uma série de barreiras que, por vezes, dificultam ou até mesmo impedem que usufruam de tais direitos, contribuindo para gerar uma relação de desigualdade entre elas e os demais indivíduos de uma sociedade. Por esse motivo, este trabalho abordará a EA inclusiva.

Dada à relevância da inclusão social das pessoas com deficiência na sociedade, conciliada a importância do acesso à EA e ao meio ambiente saudável, o presente trabalho visa realizar um diagnóstico nas entidades da cidade de Mossoró, sobre a percepção dos seres humanos em relação ao meio ambiente que vivem e sua interação com este.

1.1. OBJETIVOS

1.1.1. Objetivo Geral

Compreender a percepção de pessoas com deficiências, atendidas por associações de Mossoró-RN, sobre problemática ambiental, desenvolvimento sustentável, EA, recursos naturais e Bioma Caatinga.

1.2.2. Objetivos Específicos

- Diagnosticar como as políticas de EA Inclusiva estão sendo desenvolvidas nas entidades de pessoas com deficiência;
- Identificar a existência de trabalhos voltados para a EA nas associações;
- Contribuir para o exercício da cidadania, através de ações voltadas para a formação de uma consciência dos direitos e deveres do cidadão com deficiência em relação ao meio ambiente.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

A EA surgiu na segunda metade do século XX, com intuito de amenizar os problemas ambientais (RAMOS, 1996). A autora destaca ainda que entre as décadas de 60 e 70, aconteceu o despertar da população mundial em especial, nos países desenvolvidos, para os problemas ambientais, resultado das preocupações ao desenvolvimento industrial.

De acordo com Ramos (1996), nessa época foi divulgado o relatório do Clube de Roma que apresentava a ameaça do esgotamento dos recursos ambientais, degradação irreversível e crescimento populacional eram as questões em destaque nesse texto.

O primeiro evento para tentar preservar o meio ambiente dos impactos gerados pela constante industrialização foi a Conferência das Nações Unidas Sobre Meio Ambiente em 1972, conhecida como Conferência de Estocolmo que aconteceu na capital da Suécia. “Com a participação de 113 países, esse evento, que denunciou a devastação da natureza que ocorria naquele momento, deliberou que o crescimento humano precisaria ser repensado imediatamente” (PEDRINI, 1998 p. 26). Nesse evento foram elaborados dois documentos: a “Declaração Sobre Meio Ambiente Humano” e o “Plano de Ação Mundial”. Os referidos documentos destacam que:

O homem é ao mesmo tempo obra e construtor do meio ambiente que o cerca, o qual lhe dá sustento material e lhe oferece oportunidade para desenvolver-se intelectual, moral, social e espiritualmente. Em larga e tortuosa evolução da raça humana neste planeta chegou-se a uma etapa em que, graças à rápida aceleração da ciência e da tecnologia, o homem adquiriu o poder de transformar, de inúmeras maneiras e em uma escala sem precedentes, tudo que o cerca. Os dois aspectos do meio ambiente humano, o natural e o artificial, são essenciais para o bem-estar do homem e para o gozo dos direitos humanos fundamentais, inclusive o direito à vida”. (Declaração de Estocolmo sobre meio ambiente, 1972, p.1)

Diante das considerações, entende-se que é de responsabilidade do ser humano sua relação com o ambiente. A educação foi tida como solução para que o

ser humano tomasse consciência das suas ações, onde fica claro, no princípio 19 do documento:

E indispensável um trabalho de educação em questões ambientais, visando tanto as gerações jovens como adultos, dispensando a devida atenção ao setor das populações menos privilegiadas, para assentar as bases de um a opinião pública bem informada e de uma conduta responsável dos indivíduos das empresas e das comunidades.(Declaração de Estocolmo sobre meio ambiente,1972, p. 2)

O PNUMA¹, foi fundado com o intuito de levar informações para a educação, e para capacitação e orientação preferencialmente às pessoas responsáveis pelo gerenciamento das questões ambientais.

Cândido (2010) afirma que em 1977, a UNESCO² e o PNUMA realizaram a 1ª Conferência Intergovernamental sobre EA, durante a qual, foi definido que as questões ambientais também englobassem, além da fauna e a flora, os aspectos sociais, econômicos, científicos, tecnológicos, culturais, ecológicos e éticos. Foi declarado, também, que além dessa questão, a EA deveria ser multidisciplinar, possibilitando uma visão integrada do ambiente.

Segundo Cândido (2010) em 1987 aconteceu a Terceira Conferência Internacional sobre EA. Nesse encontro foi elaborado um plano de ação para a década de 90, com base nas seguintes diretrizes:

a) implementação de um modelo curricular constituído a partir da troca de experiências mundiais; b) capacitação de educadores que atuassem com projetos de educação ambiental; c) utilização das áreas de conservação ambiental como pólo de pesquisa e formação docente; d) intensificação e melhoria da qualidade das informações ambientais veiculadas na mídia internacional (PEDRINI, 1998, p. 29).

Por sua vez, o governo Brasileiro não apresentou nenhum projeto nesse encontro.

Por pressões internacionais e do Banco Mundial, o Brasil incluiu a EA no currículo do ensino básico e médio. A Constituição Federal de 1988, também sofreu mudanças, e foi criado um capítulo sobre o meio ambiente, o seu artigo 225 assegura um ambiente saudável a todos. Em 1999, o Governo Federal decreta a Lei

¹ Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

² Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

9795/99, declarando que a EA deve ser implementada em todos os níveis e idades (CÂNDIDO, 2010).

Em 1992, aconteceu a Conferência de Cúpula da Terra, conhecida como Rio-92, sediada no Rio de Janeiro. Na Eco-92 foi criada a Agenda 21, que propõe práticas e técnicas de desenvolvimento sustentável para as nações, estados e cidades, sendo assim, a Agenda 21 se tornou instrumento de planejamento para a construção de sociedades sustentáveis que ligam métodos de proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica (CÂNDIDO, 2010).

O capítulo 27 da Agenda 21, o qual trata do Fortalecimento do papel das organizações não governamentais: parceiros para um desenvolvimento sustentável,

As organizações não governamentais desempenham um papel fundamental na modelagem e implementação da democracia participativa. A credibilidade delas repousa sobre o papel responsável e construtivo que desempenham na sociedade. As organizações formais e informais, bem como os movimentos populares, devem ser reconhecidos como parceiros na implementação da Agenda 21. (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2000, p.277)

E tendo também como um dos objetivos:

Para fortalecer o papel de parceiras das organizações não governamentais, o sistema das Nações Unidas e os Governos devem iniciar, em consulta com as organizações não governamentais, um processo de exame dos procedimentos e mecanismos formais para a participação dessas organizações em todos os níveis, da formulação de políticas e tomada de decisões à implementação. (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, p.277, 2000, p.277)

Cândido (2010) afirma que só em 1994 ações efetivas foram implementadas com a edição do Programa Nacional de Educação Ambiental (PRONEA), que resultou na edição da Lei 9.975, de 24 de abril de 1999, criando a Política Nacional de EA. De acordo com Dias (2000, p. 92), esse acontecimento foi fundamental para garantir um ritmo mais intenso ao desenvolvimento da EA no Brasil.

Em 2012 foi realizada outra Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável no Rio de Janeiro, a Rio +20, que teve como objetivo renovar e reafirmar a participação dos líderes dos países com relação ao desenvolvimento sustentável no planeta Terra. Foi, portanto, uma segunda etapa da Cúpula da Terra (ECO-92). A partir dessa publicação que repercutiu no mundo

inteiro, os militantes dos movimentos ambientalistas e a ONU³ realizaram vários eventos internacionais que abordaram a questão da preservação e da EA..

Ressaltamos que uma ampla participação pública e o acesso à informação e às instâncias judiciais e administrativas são indispensáveis para a promoção do desenvolvimento sustentável. O desenvolvimento sustentável requer o envolvimento e a participação ativa e concreta dos órgãos legislativos e judiciários nos níveis regional, nacional e subnacional, assim como o envolvimento de todos os grandes grupos: mulheres, crianças e jovens, povos indígenas, organizações não governamentais, autoridades locais, trabalhadores e sindicatos, empresas e setores de atividades, a comunidade científica e tecnológica e os agricultores, bem como outras partes interessadas, incluindo as comunidades locais, os grupos de voluntários e as fundações, os migrantes, as famílias, os idosos e as pessoas com deficiência. (ONU, 2012, p.9)

Existiu vários impasses entre países desenvolvidos e em desenvolvimento. E o documento final da Rio +20 acaba adiando para próximos anos a definição de medidas práticas para garantir a proteção do meio ambiente.

O Brasil ainda dispõe de outros documentos regulatórios sobre a questão ambiental como os documentos que respaldam a PNEA⁴ e o ProNEA⁵. Estes são de âmbito federal e devem ser implementados por todos os seguimentos sociais e políticos que devem monitorar e avaliar a educação.

De acordo com o CONAMA⁶, na sua resolução nº422/2010, estabelece-se diretrizes de campanhas, ações e projetos para a EA no âmbito da educação formal e não formal realizada por instituições públicas, privadas e da sociedade civil.

Vale salientar que atualmente o conceito meio ambiente é compreendido conforme art 4º inciso II da PNEA (1999) que considera a interdependência entre o meio natural, o socioeconômico e o cultural, sob o enfoque da sustentabilidade.

De acordo com a Lei da Política Nacional do Meio Ambiente:

Entende-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade (BRASIL, 1999, p.1).

³ Organização das Nações Unidas

⁴ Política Nacional de Educação Ambiental

⁵ Programa Nacional de Educação Ambiental

⁶ Conselho Nacional de Meio Ambiente

Aos processos e às ações de educação fora do ambiente escolar, sobre a EA, trata-se o aspecto não formal. É o que vem sendo chamado de educação permanente, incentivada pela Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) como fator de desenvolvimento humano continuado, que contribui para aperfeiçoar a consciência dos problemas ambientais e para buscar soluções práticas a partir de reflexões e debates dentro da própria comunidade. Desta maneira não somente as atividades desenvolvidas na educação escolar são consideradas efetivas, mas as que são reconhecidas e incentivadas com a mesma força, em igualdade de importância.

Sauvé (1996) e Carvalho (2001) lembram de que a EA vai além das diversas formas de “educações”:

Reconhecer o pertencimento da EA ao campo ambiental, posicionando-a na esteira dos movimentos sociais e ecológicos mais que ao campo institucional educativo estrito senso é, de certa forma, uma tomada de nesta disputa político-conceitual (CARVALHO, 2001, p.4).

A EA compreende elementos científicos, técnicos, culturais, políticos e éticos, entre outros. E estes estão profundamente relacionados

Ora, as comunidades detêm conhecimentos próprios, entretanto, não utilizam a linguagem acadêmica para legitimar este saber. Há sabedoria que flui de uma relação que poderia envolver diversas formas de conhecimento, num entrelaçamento inseparável da biodiversidade com a cultura local. E afinal, ninguém pode dar consciência a alguém. Somos seres historicamente construídos, e capturamos a realidade na medida em que somos capazes de concebermo-nos nos nossos próprios mundos. (SATO, 2001, p.21)

Diante do progresso sobre o assunto da sustentabilidade e dos instrumentos que o país dispõe para as atividades de desenvolvimento ambiental, faz necessário uma prática expressiva que vai além das palavras nos papéis documentais.

Assim, as instituições e entidades não governamentais do município de Mossoró devem compor essa ‘academia’ de disseminadores do aprendizado não formal.

2.2. EA AOS OLHOS DA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA

No Brasil, a primeira Legislação sobre a proteção ao meio ambiente acontece na Constituição Brasileira de 1988, determinando em seu art. 225 do capítulo VI que “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se a poder público e a coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para os presentes e futuras gerações” (BRASIL, 1988, p.131).

Segundo Carvalho (2004), no Brasil o evento mais significativo para o avanço da EA foi o Fórum Global sobre Desenvolvimento e meio ambiente ocorrido no Rio de Janeiro, em 1992, ficando conhecida como Rio-92, em que as ONGs e os movimentos sociais formularam o Tratado de Educação Ambiental para sociedades sustentáveis, definindo-se o marco político para o projeto pedagógico da EA.

No ano de 1999 a Lei Federal nº 9795/99 (BRASIL, 1999, p.1) instituiu que “A educação Ambiental é um componente essencial e permanente da Educação Nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não formal”.

E, no artigo 4º a mesma lei dispõe sobre os princípios básicos da EA:

I-O enfoque humanista, holístico, democrático e participativo;
II-A concepção do meio ambiente em sua totalidade, considerando a interdependência entre o meio natural, o sócio-econômico e o cultural, sob o enfoque da sustentabilidade;
III-O pluralismo de ideias e concepções pedagógicas na perspectiva da inter, multi e transdisciplinaridade;
IV-A vinculação entre a ética, a educação, o trabalho e as práticas sociais;
V-A garantia da continuidade e permanência do processo educativo;
VI-A permanente avaliação crítica do processo educativo;
VII-A abordagem articulada das questões ambientais, locais, regionais, nacionais e globais;
VII-O reconhecimento e o respeito à pluralidade e à diversidade individual e cultural; É papel primordial da educação a busca pela compreensão, prevenção e a participação ativa quanto aos problemas ambientais.
(BRASIL, 1999, p.1).

O Art. 1º define educação ambiental como o processo que o ser humano e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.

A EA da corrente humanística valoriza o ser humano no meio ambiente e sua relação com meio, levando em conta as dimensões históricas, culturais, política e econômica.

O Art. 3º declara que todos têm direito à educação Ambiental incumbindo:

V- às empresas, entidades de classe, instituições públicas e privadas promover programas destinados à capacitação dos trabalhos, visando à melhoria e ao controle efetivo sobre o ambiente de trabalho, bem como sobre as repercussões do processo produtivo no meio.
(BRASIL, 1999, p.1)

Dessa forma, a EA deve ser implementada em todos os níveis e idades sendo responsabilidade do estado e instituições não governamentais programar essa educação através de projetos que envolvam jovens, crianças, índios e pessoas com deficiência.

Além da constituição Federal, o Brasil dispõe de outros documentos regulatórios sobre a questão ambiental como a ProNEA é um programa de EA de âmbito federal que deve ser implementado por todos os seguimentos sociais e políticos que devem monitorar e avaliar a educação.

A execução da Política Nacional de Educação Ambiental está a cargo dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA), das instituições educacionais públicas e privadas dos sistemas de ensino, e dos órgãos públicos da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, envolvendo entidades não governamentais, entidades de classe, meios de comunicação e demais segmentos da sociedade.

Em 2012, a Conferência Rio+20, reafirmou o acordo político das nações com o desenvolvimento sustentável e definiu metas para enfrentar os desafios que afetavam o crescimento econômico, o bem-estar social e a proteção ambiental.

A EA contribui na construção de cidadãos autônomos, críticos através da interação dos mesmos com o meio ambiente e auxilia no processo da construção de conhecimento de mundo. De acordo com o artigo 5º da lei 9795/99, a EA tem objetivo de ajudar no fortalecimento da cidadania englobando garantias dos direitos políticos e direitos sociais de todos os indivíduos da sociedade.

Dentre as políticas públicas da cidade de Mossoró direcionadas para EA, pode-se citar o PMEA do Município de Mossoró (2006/2008), cuja diretrizes são instituídas com a Lei 9.795/99. Esta experiência vem sendo desenvolvida através de:

[...] oficinas e projetos visando capacitar lideranças comunitárias e alunos da rede escolar municipal, para que estes possam elaborar e executar ações que busquem soluções integradas para problemas socioambientais locais (MOSSORÓ, 2006a, p.7)

França (2008) julga a iniciativa do governo municipal ao elaborar a PMEA como uma forma de incentivar a educação ambiental desenvolvida pelas escolas através de “[...] uma proposta metodológica para discussão, elaboração e implementação da educação ambiental contínua para a cidade de Mossoró.” (MOSSORÓ, 2006a, p.6)

No município de Mossoró também foi criada a Lei nº 2573, de 14 de dezembro de 2009, que acrescentou diretrizes na política municipal do ensino EA, criando-se os Núcleos de Educação Ambiental (NEA).

Mesmo diante dessas leis que exigem a implementação do desenvolvimento da Educação Ambiental, as práticas ambientais são precárias. Como a falta de tratamento de resíduos sólidos, ausência de saneamento e tratamento adequado do esgoto, que desencadeia outro grande problema que é a poluição do Rio Apodi/Mossoró. O rio que um dia foi recurso hídrico e uma bela paisagem natural, hoje se encontra poluído (SILVA, 2013).

2.3. BREVE ANÁLISE DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL

Os séculos XVII e XVIII foram marcados pela ignorância e rejeição do indivíduo deficiente. Nas sociedades antigas era habitual a prática do infanticídio, quando se detectava anormalidades entre os recém-nascidos. De acordo com Souza (2009), durante a Idade média, a Igreja condenava o infanticídio, o que trouxe um aumento considerável de abandono de crianças, impulsionando desta forma, o surgimento dos primeiros asilos e instituições beneficentes para abrigar os incapacitados que recebiam apenas a proteção básica.

Num outro estágio, segundo Miranda (2003), nos séculos XVIII e meados do século XIX, encontra-se a fase de institucionalização, em que os indivíduos que apresentavam deficiência eram segregados e protegidos em instituições residenciais.

Então entre os séculos XVIII e XIX, no entanto com atendimento precário, próprio do paradigma da exclusão, o desenvolvimento de escolas e/ou classes especiais em escolas públicas é notável, e tem como objetivo oferecer à pessoa deficiente uma educação à parte.

Durante o século XIX, segundo Miranda (2003), surgiu o interesse de psicopedagogos e pedagogos em estudar as deficiências no intuito de verificar a educabilidade dessas pessoas.

Miranda (2003) ressalta o um movimento de integração social dos indivíduos que apresentavam deficiência, que ocorreu no final do século XX, por volta da década de 70, cujo objetivo, era oferecer aproximação das pessoas com deficiência do ensino convencional.

O primeiro marco da Educação Especial no Brasil foi a criação do Instituto dos Meninos Cegos, por Dom Pedro II em 1854, que hoje é chamado de Instituto Benjamin Constant – IBC (MIRANDA, 2003).

Dom Pedro também criou o Instituto Imperial dos Surdos-Mudos em 1857. Em 1957 a escola passou a se chamar Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES. Ambos os institutos localizam na cidade do Rio de Janeiro.

Mazzota (1996) considera que a criação desses institutos abriu espaço para a conscientização e a discussão sobre a educação das pessoas com deficiência. Por outro lado o atendimento ainda era considerado insuficiente, enquanto em 1872 no Brasil, a população de cegos que era de 15.848 e de surdos de 11.595, eram atendidos nessas instituições apenas 35 cegos e 17 surdos, segundo dados apresentados por Mazzotta (1996).

Após a proclamação da república, a Deficiência Mental ganha destaque nas políticas públicas (Tabela 1), pelo fato de acreditarem que esta deficiência pudesse implicar com problemas de saúde, e ainda escolar (ARAÚJO, 2016).

Tabela 1 - Crescimento de instituições para pessoas com deficiência mentais em relação às outras

1874/1889	15 anos	2 instituições para pessoas com deficiência mentais 6 instituições para outros (visão e/ou audição e/ou múltiplo)
1889/1920	31 anos	7 instituições para pessoas com deficiência mentais 8 instituições para outros

1920/1929	9 anos	7 instituições para pessoas com deficiência mentais 6 instituições para outros
-----------	--------	--

Fonte: Jannuzzi, 1985.

Nas décadas de 20 e 30 do século XX foram implantadas as primeiras classes de Educação Especial.

A psicologia ganhou espaço na área da educação através dos conceitos da Escola Nova, sendo exigido da escola pública que executasse uma educação entendida como “o envolvimento completo da criança na sua parte física, psíquica, social e, por fim, intelectual” (JANNUZZI, 1985, p. 83).

No Brasil, na década de 1920, foram realizadas várias reformas na educação, influenciadas pelo ideário da Escola-Nova. Para isso, vários professores psicólogos europeus foram trazidos para oferecer cursos aos educadores brasileiros, influenciando os rumos da Educação Especial no nosso País. Em 1929, chegou a Minas Gerais a psicóloga russa Helena Antipoff, responsável pela criação de serviços de diagnóstico, classes e escolas especiais. Fundou em 1932 a Sociedade Pestalozzi de Minas Gerais para atender as pessoas com deficiência. Essa psicóloga contribuiu para a formação de um número significativo de profissionais que, mais tarde, foram trabalhar na área da Educação Especial pelo país (JANNUZZI, 1992; MENDES, 1995).

Segundo Jannuzzi (1992), apesar das reformas observadas no sistema educacional, a expansão dos serviços de Educação Especial permanecia muito tímida no Brasil: em 1930, existiam 16 locais para a educação de pessoas com deficiência mentais, subindo para 22 estabelecimentos, em 1935.

No período de 1937 a 1945 o Brasil passa pelo Estado Novo, sendo observado um retrocesso no processo de democratização do ensino, através de uma política centralizadora da Educação, com um forte controle estatal em todos os setores sociais, e certo fortalecimento do Ensino Superior (MENDES, 2000).

Foi a partir de 1957, que o atendimento educacional aos indivíduos que apresentavam deficiência foi assumido explicitamente pelo governo federal em âmbito nacional com a criação de campanhas voltadas especificamente para este fim (MENDES, 1995).

E só a partir da década de 1960, ocorreu a maior expansão no número de escolas de ensino especial já vista no país. Em 1969, havia mais de 800 estabelecimentos de ensino especial para pessoas com deficiência mentais, cerca de quatro vezes mais do que a quantidade existente no ano de 1960. (MIRANDA, 2013, p.5)

Em meados da década de 1990, no Brasil, o conceito de inclusão passa a ser trabalhado na educação especial de forma diferente do conceito de integração, no entanto, eles têm a mesma proposta que é inserir os alunos que apresentam necessidades educacionais especiais no ensino regular.

Dois eventos foram considerados marcos com relação à inclusão, pois trataram de questões referentes à viabilização de educação para todos. Esses eventos foram “A Conferência Mundial sobre Educação para Todos”, realizada em Jontiem, na Tailândia em 1990, que busca garantir a igualdade de acesso à educação a pessoas com qualquer tipo de limitação. E “A Conferência Mundial sobre Educação Especial”, ocorrida em Salamanca, na Espanha, em 1994. Nessa conferência foi elaborado o documento “Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais”, que, “inspirada na igualdade de valor entre as pessoas, propõe ações a serem assumidas pelos governos em atenção às diferenças individuais” (CARVALHO, 1998, p. 146).

A partir deste documento a rede regular começou a matricular as pessoas com deficiência nas classes comuns e iniciou-se uma série de discussões sobre o assunto. Alguns defendem a proposta, pois reconhecem que a convivência entre “normais” e “pessoas com deficiência” será benéfica para ambos, uma vez que a integração permitirá aos “normais” aprender a conviver com as diferenças e aos “pessoas com deficiência” será oferecida maior oportunidade de desenvolvimento devido o estímulo e modelo oferecido pelos alunos “normais”.

Outros se posicionam contra, pois veem que a escola regular não possui nenhum recurso (físico ou humano) para atender uma clientela tão diversa. Afirmam que o governo institui as leis, mas não oferece condições para que sejam devidamente implantadas.

De acordo com Vygotsky (1989, p.61), a educação especial deve ser subordinada ao social, evitando o isolamento:

A humanidade, sempre há sonhado como um milagre religioso: que os cegos vejam e os mudos falem. É provável, que a humanidade triunfe sobre a cegueira, a surdez e a deficiência mental. Porém a vencerá no plano

social e pedagógico muito antes que no plano biológico e medicinal. É possível que não esteja longe o tempo em que a pedagogia se envergonhe do próprio conceito de “criança com defeito”. O surdo falante e o trabalhador cego participantes da vida geral em toda sua plenitude, não sentirão sua deficiência e não darão motivo para que outros a sintam. Está “em nossas mãos” o desaparecimento das condições sociais de existência destes defeitos, ainda que o cego continue sendo cego e o surdo continue sendo surdo.

Em seguida será realizado uma análise mais profunda dos direitos assegurados e conquistados no âmbito da educação e meio social dos indivíduos com deficiência.

2.4. EI AOS OLHOS DA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA

A escola é para todos, um direito fundamental, porém para as pessoas com deficiência, esse direito foi conquistado ao longo de uma longa trajetória.

No ano de 1961, as pessoas com deficiência passaram a ter seu direito à educação através das disposições da LDB, lei nº 4024/61.

Em 1971 a LDB foi modificada através da lei nº 5.692/71, foi definido tratamento especial para os alunos com deficiências físicas, mentais, os que se encontram em atraso considerável quanto à idade regular de matrícula e os superdotados. (MARQUETI, 2013)

Marqueti (2013) salienta que em 1973, o Ministério da Educação e Cultura (MEC) criou o Centro Nacional de Educação Especial (CENESP). Esse centro impulsionou ações educacionais voltadas às pessoas com deficiência.

A Constituição de 1988 foi fundamental para o reconhecimento do direito ao acesso das pessoas com deficiência à educação. Pode-se observar abaixo os principais artigos que estabelecem esse direito.

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art.206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; (...)

Art. 208. O dever do Estado com a Educação será efetivado mediante a garantia de: (...)

III – atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino; (...)

(BRASIL, 1988, p.123)

Observa-se que no Artigo 208 insiso III busca-se uma forma de garantir formas para o tratamento da Educação Especial

De acordo com Campos (2011) em 20 de dezembro de 1996 foi sancionada a atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, esta recebeu o número de 9394/96.

Campos (2011) salienta que a nova Lei de Diretrizes e Bases, que tem como objetivo normatizar a educação como um todo no Brasil, afirma que é dever do Estado com a educação escolar pública a garantia de atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino.

A atual LDBEN, Lei nº 9.394/96 no artigo 58 define o é EA, no artigo 59, estabelece que os sistemas de ensino devem fornecer aos alunos recursos para atender às suas necessidades:

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.

§ 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais:

I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;

II - terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;

III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;

IV - educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora;

V - acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular.

Em 1999 a Convenção da Guatemala foi promulgada no Brasil através do decreto nº 3956/2001, e estabelece que as pessoas com deficiências têm os mesmos direitos humanos e liberdades fundamentais que as demais pessoas, definindo como

discriminação com base na deficiência toda diferenciação ou exclusão que possa impedir ou anular o exercício dos direitos humanos (MARQUETI, 2013)

Em 1994, de acordo com Marqueti (2013), surge a Declaração da Salamanca, declarando que toda a criança tem direito fundamental à educação, e que esta possui características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem que são únicas. Para atender tais necessidades, os sistemas educacionais deveriam implementar programas educacionais no sentido de se levar em conta a vasta diversidade de tais características e necessidades. Aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma pedagogia centrada na criança (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p.1).

Campos (2011) conclui que a política de inclusão definida por lei é resultado de anos de debates nacionais e internacionais, a qual se pode citar dois grandes momentos em defesa dos direitos das pessoas com deficiência: a nova LDB e a ratificação da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, marcam importante mudança de paradigma rumo à implementação da Escola Inclusiva no Brasil.

2.5. EDUCAÇÃO AMBIENTAL E EDUCAÇÃO INCLUSIVA

O Brasil vivenciou a partir da segunda metade do século XX grandes transformações, dentre elas a noção dos direitos sociais. A visibilidade quanto a questão inclusiva e ambiental deixaram de ser paulatinamente circunscrita a esfera privada e acadêmica, ganhando destaque na arena dos debates.

Nesse cenário, os ambientalistas saíram às ruas buscando chamar atenção da população para os problemas ambientais, como também as pessoas com deficiência que saíram de suas casas com bengalas e cadeiras de rodas para pedir inclusão e direito à igualdade social. Assim, nasceu a luta pela educação ambiental inclusiva e educação ambiental, que possui objetivos em comum, igualdade e inclusão social.

As duas vertentes passaram por um longo processo para ganhar força no Brasil, tanto a EI como a educação ambiental. No entanto o grupo de pessoas com

deficiência ainda sofre com a falta de inclusão em todos os âmbitos, incluindo sobre questões ambientais.

A educação ambiental é um fator importante de formação para um indivíduo com valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes voltadas para a conservação e uso sustentável do meio ambiente e de uma visão holística sobre os espaços que compõe a cidade. Assim, o indivíduo se torna capaz de desenvolver princípios do desenvolvimento socioeconômico na busca por uma sociedade mais justa, tornando-a mais atuante e consciente das relações intrínsecas do ser humano e o meio ambiente (LEAL, 2013). Dessa forma, a Educação Ambiental, está diretamente interligada com a EI, e pode contribuir para a formação de uma sociedade de fato inclusiva e sustentável.

Souza e Povaluk (2010) determinam que “a função da EA ultrapassa as barreiras dos currículos escolares disciplinados em conteúdos, muitas vezes sem ligação deve transpor a distância social, adequando-se a realidade local, as necessidades e diferenças”.

Os autores, salientam, ainda que a educação ambiental é mais do que ações voltadas para a natureza, mas também práticas que promovam melhor qualidade de vida para a sociedade envolvida.

Assim, partindo-se da ideia de que a Educação é uma prática social promotora de cidadania, a Educação Ambiental, como uma das dimensões da Educação, entendo que esta também pode efetivar a Educação Inclusiva. (GATTO, 2013, p.21-22)

Ações, planos, programas e projetos, nas mais diversas áreas (educação, gestão ambiental, dentre outras) estão sendo desenvolvidos, visando a ampliação de atividades para as pessoas com deficiência, resgatando-lhes a dignidade, no sentido de possibilitar o acesso de todos aos recursos oferecidos na vida em sociedade.

Sonhar e pensar em uma sociedade inclusiva, sustentável, menos desigual e excludente é o horizonte para onde se direcionam minhas reflexões e questionamentos. Por isso, acredito ser significativa a integração entre a Educação Ambiental e a Educação Inclusiva, uma teia complexa e interligada, cada uma com suas particularidades, porém, com objetivos em comum (GATTO, 2013, p.22)

Em contra partida, Borges (2011) deixa claro que ainda existe dificuldade em interligar sustentabilidade, acessibilidade e os direitos humanos em contexto de políticas públicas como temas transversais. Borges ainda afirma que:

O diálogo entre as áreas de sustentabilidade e de acessibilidade precisa de uma aproximação conceitual e metodológica, em que sejam alinhados os princípios da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, da ONU, ratificada no Brasil em 2008 com valor constitucional, e da Agenda 21. Precisa também, de estudos e indicadores que apontem para a convergência entre as reflexões, que permitam uma interlocução concreta entre a Política Nacional de Educação Ambiental e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. (BORGES, 2011, p.291)

Diante do contexto acima assinalado, torna-se imprescindível para a nossa sociedade uma maior visibilidade quanto a questão da inclusão das pessoas com deficiências, bem como sobre a sustentabilidade. Uma sociedade que busca ser mais justa, não pode se omitir quanto ao diálogo entre acessibilidade e sustentabilidade.

3. CARACTERIZAÇÃO DO SUJEITO DO ESTUDO

Segundo dados do IBGE do censo de 2010, 45.606.048, pessoas declararam ter ao menos um tipo de deficiência, este número representa 23,9% da população do país. Dentre os tipos de deficiência pesquisados, a visual é o mais representativo e atinge 35.774.392 pessoas. O estudo mostra também que 13.265.599 de habitantes têm algum tipo de deficiência física. Ainda segundo o IBGE as pessoas com deficiência auditiva somam 9.717.318. E por último, 2.611.536 de pessoas têm algum tipo de deficiência intelectual.

O Estatuto da Pessoa com Deficiência, lei de nº 13.146 de 06 de Julho de 2015, define a pessoa com deficiência:

Art. 2 Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

§ 1. A avaliação da deficiência, quando necessária, será biopsicossocial, realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar e considerará:

I - os impedimentos nas funções e nas estruturas do corpo;

II - os fatores socioambientais, psicológicos e pessoais;
III - a limitação no desempenho de atividades; e
IV - a restrição de participação.
(BRASIL, 2015, p.1)

A Lei que ampara o Estatuto da Pessoa com Deficiência é indubitavelmente um avanço no trato da questão do respeito e inclusão a uma parcela da população brasileira que esteve durante muito tempo à margem da sociedade.

Os dados acima explicitados são bastante relevantes. Nesse sentido surge a necessidade proeminente de um trabalho de conscientização sobre deficiência, bem como as características pertinentes a cada uma delas. Sem conhecimento é impossível incluir, sem conhecimento não se combate o preconceito.

3.1. DEFICIÊNCIA AUDITIVA

Segundo o Censo de 2010 realizado pelo IBGE, 9,7 milhões de pessoas têm deficiência auditiva. Desses, 2.147.366 milhões apresenta deficiência auditiva severa, situação em que há uma perda entre 70 e 90 decibéis (dB). Cerca de um milhão são jovens até 19 anos.

A deficiência auditiva consiste na perda parcial ou total da capacidade de detectar sons, causada por má-formação (causa genética), lesão na orelha ou na composição do aparelho auditivo (INSTITUTO ITARD, 2017)

O Instituto ITARD afirma que surdo é todo aquele que tem total ausência da audição. E é considerado parcialmente surdo todo aquele que a capacidade de ouvir, apesar de deficiente, é funcional com ou sem prótese auditiva. Entre os tipos de deficiência auditiva estão a condutiva, mista, neurosensorial e central.

A deficiência auditiva é caracterizada pelo instituto ITARD pela interferência na condução do som desde o conduto auditivo externo até a orelha interna, podendo, na maioria dos casos ser corrigido com tratamento clínico ou cirurgia. Já a neurosensorial ocorre quando há uma impossibilidade de recepção por lesão na orelha interna ou no nervo auditivo, esse tipo de deficiência é irreversível. A deficiência mista ocorre quando há ambas as perdas: condutiva e neurosensorial numa mesma pessoa. E a deficiência auditiva central, também conhecida como surdez central, não é necessariamente acompanhada de diminuição da sensibilidade

auditiva, mas manifesta-se por diferentes graus de dificuldade na compreensão das informações sonoras.

Existem vários fatores que ocasionam a perda auditiva. De acordo com Brasil (1997), destaca-se, as causas pré-natais, quando a surdez é adquirida quando criança através da mãe, no período de gestação, por conta de desordens genéticas ou hereditárias, relativas à consanguinidade, relativas ao fator Rh, relativas a doenças infecto-contagiosas, como rubéola, sífilis, citomegalovirus, toxoplasmosse, herpes, remédios ototóxicos, drogas, alcoolismo materno, desnutrição, subnutrição, carências alimentares, pressão alta, diabetes, exposição a radiação e outros. Existe também as causas peri-natais, esta acontece quando a criança fica surda, devido à problemas no parto, como pré-maturidade, pós maturidade, anóxia, fórceps, infecção hospitalar e outras. As causas pós-natais acontece quando a criança fica surda, devido à problemas após seu nascimento, meningite, remédios ototóxicos em excesso, ou sem orientação médica, sífilis adquirida, sarampo, caxumba, exposição continua a ruídos ou sons muito alto, traumatismo craniano e outros.

Marqueti (2013) afirma que uma pessoa deficiente auditiva deve apresentar um nível auditivo entre 25 decibéis a 90 decibéis, podendo ser classificada como leve, moderada, acentuada, severa e grave. Passando desse limite a deficiência auditiva é classificada como profunda.

Ainda de acordo com o autor acima destacado, a perda da audição pode ser de leve a severas ou profundas. Na perda de audição leve a pessoa tem peculiaridades parecidas como de uma pessoa com a audição perfeita. No caso da perda de audição severa ou profunda o individuo apresenta limitações na sua comunicação verbal, bem como no desenvolvimento da sua linguagem, acarretando desta forma prejuízos nas áreas social, acadêmica e ocupacional.

3.2. DEFICIÊNCIA VISUAL

No Brasil, existem mais de 6,5 milhões de pessoas com deficiência visual, sendo 528 mil cegas que corresponde a 8%, e seis milhões ou 92% com baixa visão, segundo dados da fundação com base no Censo 2010, feito pelo IBGE.

De acordo com Hennig (2009) a deficiência visual pode ser considerada como a perda ou redução de capacidade visual, que não pode ser corrigida com acompanhamento oftalmológico, tratamento clínico ou cirúrgico.

Segundo a OMS, cerca de 1% da população mundial apresenta algum grau de deficiência visual. Mais de 90% encontram-se nos países em desenvolvimento

Existem diferentes classificações para a deficiência visual, desde baixa visão, em que o indivíduo consegue distinguir luzes, até os indivíduos que não conseguem perceber a luz. Diante disso, a OMS classificou a perda de visão, como mostra o quadro 1:

Quadro 1 - Classificação da perda de visão

GRAU DE PERDA DE VISÃO	ACUIDADE VISUAL	
	Com ambos os olhos e melhor correção óptica possível	
	Máxima inferior a	Mínima igual ou superior a
1 Baixa Visão	6/18 metros (1) 3/10 (0,3) 20/70 pés	6/60 metros 1/10 (0,1) 20/200pés
2 baixa visão	6/60 metros 1/10 (0,1) 20/200pés	3,60 m. 1/20 (0,05) 20/400pés
3 cegueira	3,60 m. 1/20 (0,05) 20/400pés	1/60 (conta dedos a 1m) 1/50 (0,02) 5/3000pés
4 cegueira	1/60 (conta dedos a 1m) 1/50 (0,02) 5/3000pés	Percepção da luz
5 cegueira	Percepção da luz	

Fonte: Brasília (2016, p. 13)

Dessa forma, a OMS divide a deficiência visual em dois grupos: as pessoas que possuem baixa visão e que possuem cegueira.

3.3. DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

Ainda segundo o IBGE (2010), 0,8% da população brasileira tem algum tipo de deficiência intelectual e a maioria (0,5%) já nasceu com as limitações. Do

total de pessoas com deficiência intelectual, mais da metade (54,8%) tem grau intenso ou muito intenso de limitação e cerca de 30% frequentam algum serviço de reabilitação em saúde.

Segundo a *American Association of Mental Retardation* a deficiência mental refere-se às limitações no desenvolvimento como a deficiência na mobilidade e orientação, na organização do raciocínio lógico, na atenção, na percepção, na memorização. Enfim, pode se referir às impossibilidades para o desenvolvimento físico, psicológico e ou cognitivo.

Caracterizada pela redução no desenvolvimento cognitivo, ou seja, no QI, normalmente abaixo do esperado para a idade cronológica da criança ou adulto, acarretando muitas vezes um desenvolvimento mais lento na fala, no desenvolvimento neuropsicomotor e em outras habilidades.

A deficiência intelectual não é considerada uma doença ou um transtorno psiquiátrico, e sim um ou mais fatores que causam prejuízo das funções cognitivas que acompanham o desenvolvimento diferente do cérebro. (HONORA & FRIZANCO, 2008, p. 103)

Carvalho (2003) afirma que o diagnóstico envolve grupos de fatores biomédicos, etiológicos, comportamentais, sociais e educacionais.

O diagnóstico de deficiência mental está a cargo de médicos e psicólogos clínicos, realizando-se em consultórios, hospitais, centros de reabilitação e clínicas. Equipes interdisciplinares de instituições educacionais também o realizam. De um modo geral, a demanda atende propósitos educacionais, ocupacionais, profissionais e de intervenção. (CARVALHO et al., 2003)

Tédde (2012) afirma que as causas da deficiência intelectual são desconhecidas de 30 a 50% dos casos. As causas podem ser genéticas, congênitas ou adquiridas. As mais conhecidas são Síndrome de Down, Síndrome alcoólica fetal, Intoxicação por chumbo, Síndromes neurocutâneas, Síndrome de Rett, Síndrome do X-frágil, Malformações cerebrais e Desnutrição proteico-calórica.

3.4. DEFICIÊNCIA FÍSICA

Os dados do IBGE do censo 2010, mostram que 1,3% da população tem algum tipo de deficiência física e quase a metade desse total (46,8%) tem grau

intenso ou muito intenso de limitações. Somente 18,4% desse grupo frequentam serviço de reabilitação.

Mazzota (1982) aponta que, os pessoas com deficiência físicas são indivíduos com alterações musculares, ortopédicas, articulares e neurológicas, que necessitam de métodos, recursos didáticos e equipamentos especiais para sua educação. São exemplos de deficiências físicas: amputações, lesões medulares (paralisias), acidente vascular cerebral, poliomielite, deficiências posturais, paralisia cerebral e distrofia muscular.

Baseando-se no decreto nº 3.298 de 1999 da legislação brasileira, encontram-se os conceitos sobre deficiência, no qual são esclarecidas possíveis dúvidas, conforme segue:

Art. 4o: I - deficiência física - alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções; (Redação dada pelo Decreto nº 5.296, de 2004).

Segundo Rosadas (1986), amputação é a remoção do todo ou de uma parte de um membro, por causa congênita (nascer com ausência de uma parte ou do todo de um segmento corporal por má formação intra-uterina), causa traumática (acidentes repentinos traumatizantes, como os ocorridos no trabalho e no tráfego, devido a descargas elétricas intensas e incêndio) e causa cirúrgica (provocada por doenças, como diabete, tumores e arteriosclerose, nas quais a amputação do segmento atingido é indicada para reter sua propagação).

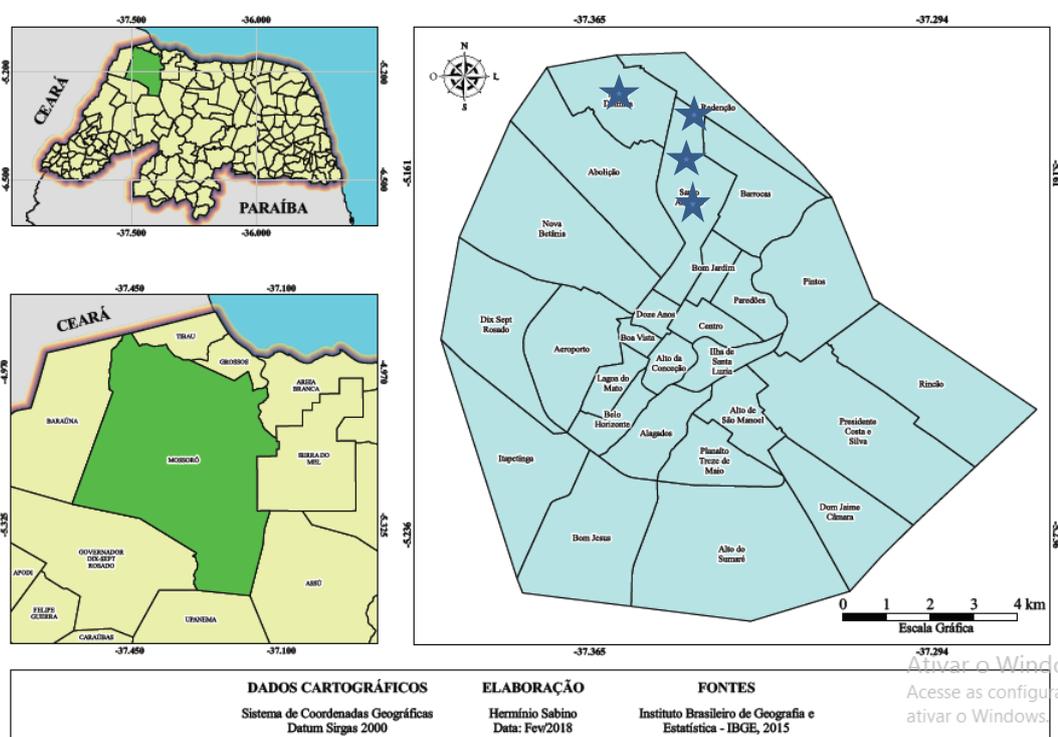
Para esse mesmo autor citado acima, as paralisias ocorrem em consequência de enfermidade de Heine-Medin (Poliomielite) ou de traumatismo raquimedular. A poliomielite, popularmente conhecida como paralisia infantil, é uma afecção virótica aguda, que agride as grandes células motoras da medula, causando paralisias flácidas graves, cujas manifestações mais frequentes são as paraplegias (paralisia da parte inferior do tronco e ambos os membros inferiores).

4. METODOLOGIA

4.1. LOCALIZAÇÃO DA PESQUISA

Mossoró é um município brasileiro localizado no estado do Rio Grande do Norte, situado no oeste Potiguar (Figura 1), Região Nordeste do país. Conforme Carmo Filho e Oliveira (1995), e segundo a classificação climática de Köppen, o clima de Mossoró é do tipo BSw^h, isto é, semiárido muito quente e com estação chuvosa no verão atrasando-se para o outono, apresentando temperatura média de 27,4°C, com precipitação pluviométrica anual muito irregular e com umidade relativa média do ar de 68,9%. Em 2017 sua população foi estimada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística em 295 619 habitantes, sendo o segundo mais populoso do Rio Grande do Norte. Mossoró tem as seguintes coordenadas geográficas: Latitude: 5° 11' 17" Sul, Longitude: 37° 20' 39" Oeste (IBGE, 2017).

Figura 1 - Localização das Instituições (★) na cidade de Mossoró



Fonte: Google maps

A pesquisa contempla a população de pessoas com deficiência da cidade de Mossoró-RN, pertencentes às entidades não governamentais de pessoas com deficiência. As entidades não apresentam números fixos de associados, podendo variar de acordo com a demanda. A explicação para delimitar tal população se deve ao fato da dificuldade enfrentada na inclusão das mesmas, na sociedade, bem como na Educação Ambiental. A faixa etária da população poderá variar entre crianças de 8 anos à adultos de até 60 anos. Não havendo distinção de raça/cor, etnia, gênero etc.

Para a realização do estudo foi visitadas a Associação de pais e amigos excepcionais de Mossoró (APAE), Associação dos surdos de Mossoró (ASMO), Fórum de Mulheres com Deficiência de Mossoró (FMCDMR) e região e Associação dos Pessoas com deficiência Visuais de Mossoró (ADVM)

O número de participantes para amostra em cada entidade variou pelo fato de que as entidades não possuem número fixo de associados, por se tratar de centros de apoio para estas pessoas. Na associação de pessoas com deficiência auditivos participaram 19 pessoas, pessoas com deficiência visuais participaram 6, deficiência física 8 e Intelectual 10.

a) A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Mossoró (APAE):

Foi fundada no dia 25 de Março de 1973 com objetivo de promover e articular ações de defesa de direitos, prevenção, orientações, prestação de serviços, apoio à família, direcionadas à melhoria de qualidade de vida das pessoas com deficiência e a construção de uma sociedade justa e solidária. APAE de Mossoró atende 260 pessoas com deficiência intelectual e múltipla prestando serviço nas áreas de educação: ciclo de Alfabetização, EJA, apoio pedagógico, sala de leitura, educação física, artes, informática, projetos ambientais de hortas, coleta seletiva e jardim sensorial. Na saúde terapia ocupacional, fisioterapia, hidroterapia, zooterapia, fonoaudiologia, psiquiatria, pediatria, dermatologia e no social: Ações de assistência e orientação às famílias, educação profissional, prevenção e inclusão social.

b) O Fórum de Mulheres com deficiência de Mossoró e Região:

Foi fundado em 13 de Maio de 2011 e tem como finalidade o debate, a reflexão, a avaliação, a formação, a decisão e os encaminhamentos das mulheres com deficiência de Mossoró e Região. Tem como princípio fundamental incentivar e apoiar as mulheres com deficiência do município, elevando a sua auto-estima, fortalecendo as entidades as quais representam, enquanto espaço de discussão, definição de propostas e encaminhamentos na busca da inclusão social. Seu objetivo é promover ações voltadas para a ética, inclusive na política, para a cidadania, os direitos humanos e das mulheres como também lutar pelo fim de todas as formas de barreiras existentes na sociedade: arquitetônica (urbanísticas, nas edificações e nos transportes).

c) A Associação de Surdos de Mossoró (ASMO):

Foi criada no dia 18 de setembro de 1999, fruto de muita luta das pessoas surdas. A ASMO é um espaço onde as comunidades surdas se reúnem e tem em vista oferecer entre outras coisas, apoio educacional. A Associação de Surdos representa importante espaço de encontro entre os sujeitos surdos da comunidade surda. Importantes movimentos em prol a causa de surdos e ainda resultam de reuniões e assembleias nas associações de surdos que ocorrem por todo o Brasil.

d) Associação das pessoas com deficiência visuais de Mossoró (ADVM):

Foi fundada em 1989 com objetivo de criar um espaço para debater as questões inerentes aos pessoas com deficiência visuais. Em 2002 foi criado o Centro de Apoio ao Deficiente Visual (CADV). Em 2003 foi criado o núcleo de Apoio Pedagógico e Produção Braille (NAPPB) no Centro de Apoio ao Deficiente Visual, com intuito de atender pessoas cegas e baixa visão realizando produção de textos e livros tanto em Braille como em português, este último é produzido de forma ampliada e até mesmo falado. A instituição visa habilitar e reabilitar o educando com deficiência visual para o efetivo exercício da cidadania, autônomos, capazes de analisar criticamente a realidade em que vivem. O Projeto Político-Pedagógico

(PPP) fundamenta-se em concepções de aprendizagem inerentes a essa clientela, segundo normas legais da educação especial com atividades curriculares que promovam o pleno desempenho acadêmico e social de pessoas e alunos com deficiência visual (cegueira e baixa visão)

4.2. METODOLOGIA UTILIZADA

Para dar início à pesquisa foi realizada a revisão bibliográfica, no intuito de realizar uma análise crítica, criteriosa e ampla das publicações a cerca do assunto abordado.

A pesquisa bibliográfica procura explicar e discutir, e tem como base em referências teóricas já publicadas em livros, revistas, periódicas e outros. Busca também conhecer e analisar conteúdos científicos sobre determinado tema (MARTINS, PINTO, 2001)

Quanto aos objetivos foi uma pesquisa exploratória, tendo em vista a importância desse estudo tanto para a Educação Ambiental e Inclusão das pessoas com deficiência.

Segundo Gil (2008), as entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado e análise de exemplos que estimulem a compreensão. Foi utilizado o instrumento metodológico para coleta de dados em primeiro momento a entrevista com associados dessas entidades não governamentais de pessoas com deficiência, com intuito de conhecer a proximidade destes com as questões ambientais.

As entrevistas foram realizadas no mês de agosto de 2017, em que participaram no total 33 associados. As entrevistas foram realizadas de forma individual, em uma sala previamente reservada em cada associação. Durante as entrevistas estiveram presentes na sala apenas a pesquisadora, orientador de pesquisa e um profissional da coordenação das associações do estudo.

Primeiramente foi visitada duas entidades a aplicação do questionário, a ASMO e a FMCDMR (Apêndice B). Cada associado recebeu um questionário (Apêndice A) a ser respondido. A duração em média do preenchimento dos questionários foi de 30 minutos. Na associação da ASMO a pesquisadora teve auxílio das intérpretes de LIBRAS.

A segunda visita foi na ADVM (Apêndice C), nesta associação os associados tiveram o auxílio da pesquisadora para a leitura dos questionários, o registro das entrevistas se deu através de um gravador portátil.

Na APAE não foi aplicado o questionário, no entanto na visita foram feitas observações em toda a entidade (Apêndice D), bem como, realizadas perguntas simples aos associados respaldadas no procedimento metodológico da fenomenologia.

Os dados coletados consistiram nas respostas dos associados sobre Educação Ambiental, meio ambiente, sustentabilidade, preservação, conservação, Bioma e problemas ambientais. As respostas dos associados foram registradas por escrito, gravação e vídeo.

A partir dos resultados obtidos sobre percepção ambiental dos entrevistados, foi realizada principalmente uma análise qualitativa dos dados obtidos, por meio da técnica Análise de Conteúdo.

De acordo com Gil (2008), a entrevista é uma das técnicas de coletas de dados mais utilizadas no âmbito das ciências sociais. O seu uso justifica-se pelas vantagens, podendo citar a sua flexibilidade e profundidade das respostas e perguntas, e não exige que o entrevistado necessite de ler ou escrever.

Na maioria das entidades foi adotada a entrevista estruturada. De acordo com Gil (2008), a entrevista estruturada desenvolve-se a partir de uma relação fixa de perguntas, cuja ordem e redação permanece invariável para todos os entrevistados. A lista de perguntas utilizada é frequentemente chamada de questionário, essas técnicas foram utilizadas pela própria pesquisadora ao perguntar, ouvir, anotar e observar os entrevistados da comunidade; o questionamento foi feito através de perguntas abertas e fechadas, durante o qual o entrevistado tem maior liberdade de expressão, maximizando o ponto de vista dele com pouca influência do pesquisador.

Gil (2008) afirma ainda que construir um questionário consiste basicamente em traduzir objetivos da pesquisa em questões específicas. Acerca da forma das questões, foram utilizadas questões abertas e fechadas, a primeira consiste em deixar a critério do entrevistado sua resposta. Já a segunda, pede-se aos respondentes para que se escolham uma alternativa dentre as apresentadas numa lista.

No entanto, não será possível realizar a entrevista estruturada com os associados da APAE, pelo fato de que estes indivíduos associados possuem deficiência intelectual e as perguntas devem ser feitas de acordo com as limitações de cada um. Por conta dessa realidade da entidade a metodologia usada foi a fenomenologia, que leva em conta o conhecimento prévio do entrevistado sem a intervenção do pesquisador.

Foram escolhidas perguntas simples e do cotidiano dos associados com relação às questões de reciclagem, onde o lixo é jogado, o que era entendido por meio ambiente, quais eram as atividades de educação ambiental realizadas com eles. As respostas dadas por esses associados foram avaliadas de acordo com o método fenomenológico, visando a revelar os significados contidos nos depoimentos pessoais dos entrevistados. A metodologia fenomenológica se configura da seguinte maneira, de acordo com Martins e Bicudo (2005, p.39):

A aplicação do método fenomenológico no campo da pesquisa ressalta o interesse do pesquisador nos significados atribuídos pelos sujeitos entrevistados às percepções que eles têm daquilo que está sendo investigado. A pesquisa fenomenológica objetiva construir uma compreensão acerca do fenômeno estudado mediante a captação da intencionalidade (da experiência intencional, vivida) revelada nos relatos. A pessoa entrevistada é considerada como um “atribuidor de sentido” às situações vivenciadas em seu cotidiano, e não como alguém que meramente repete ideias adquiridas de forma mecânica. Assim, é justamente a compreensão desses significados atribuídos ao fenômeno que o pesquisador pretende alcançar através do método fenomenológico. Este permite a descoberta de certos determinantes sobre os sujeitos e sobre a situação abordada na pesquisa, ou seja, a expressão da vivência.

Para isso, se faz necessário que as entrevistas sejam registradas em forma de vídeo, essa particularidade foi adotada também nas entrevistas com alguns surdos.

A pesquisa possui abordagem quali-quantitativa. Segundo Souza & Kerbauy (2017, p.) “as abordagens qualitativas e quantitativas são necessárias, mas segmentadas podem ser insuficientes para compreender toda a realidade investigada. Em tais circunstâncias, devem ser utilizadas como complementares”.

No quadro abaixo foi feito um detalhamento da metodologia usada na presente pesquisa:

Quadro 2- Procedimento metodológico da pesquisa.

Classificação	Natureza	Abordagem do problema	Objetivos	Procedimentos
Tipos	Pesquisa básica	Pesquisa quantitativa	Pesquisa exploratória	Entrevistas, questionários, oficina e fenomenologia.
	Pesquisa aplicada	Pesquisa quali-quantitativa	Pesquisa descritiva	
			Pesquisa explicativa	

Fonte: Pesquisa desenvolvida pela autora

4.2.1. Oficina Manhã Ambiental

Ao final da aplicação dos questionários, foi realizada uma oficina com uma das entidades, onde foi trabalhado o Bioma Caatinga (Apêndice F). Segundo Candau (1995), a oficina constitui um espaço de construção coletiva do conhecimento, de análise da realidade, de um confronto e troca de experiências. Portanto, as oficinas pedagógicas possibilitam um processo educativo composto de sensibilização, compreensão, reflexão, análise, ação e avaliação.

Maciel *et al* (2010) destaca o interesse em trabalhar as questões ecológicas, incluindo o público com deficiência, estimulando a prática de atividades em áreas naturais como exercícios físicos, recreação e contemplação da natureza proporcionam a promoção da autoestima e socialização dessas pessoas. Esta iniciativa influencia a formação de um indivíduo com valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes voltadas para a conservação e uso sustentável do meio ambiente e de uma visão holística sobre os espaços que compõe a cidade.

Nessa metodologia é fundamental a criatividade, a sensibilidade, a amorosidade, a alegria, o envolvimento do educador. Na oficina pedagógica,

educadores e educandos são cocriadores na produção do conhecimento, promovendo a ação coletiva, e potencializando o espírito crítico e participativo, ainda possibilita condições para uma maior interação entre participantes da comunidade atendida e da universidade.

Nessa perspectiva, o trabalho de extensão possibilita uma melhor relação entre o conhecimento do educador e a realidade circundante, promove maior interesse dos destinatários que não seriam mais vistos como meros receptores e sim, atores dentro de um processo (THIOLLENT, 2000, p.23).

No contexto dessa pesquisa o objetivo dessas oficinas pedagógicas é o de promover a interação das pessoas com Deficiência visual e o Bioma Caatinga, além de ampliar a consciência do ambiente que os rodeiam trazendo assim uma Consciência Ambiental, trabalhar a biodiversidade do Bioma Caatinga e ressaltar a importância da preservação dos recursos naturais. A oficina teve como título manhã ambiental com área temática Educação Ambiental e Inclusão.

A oficina foi realizada em dois momentos, em primeiro instante com a equipe pedagógica da instituição escolhida. Foi realizada uma palestra com slides, mostrando um novo olhar em relação ao Bioma Caatinga, suas riquezas e biodiversidade.

No segundo instante foi feita uma breve introdução sobre o Bioma Caatinga com apresentação de exemplares deste Bioma, através da carpoteca e xiloteca, construídos pela pesquisadora, estimulando o conhecimento de várias plantas e sementes através do tato e olfato. Em outro momento da oficina, os associados foram estimulados através de sua audição com uma seleção de cantos de pássaros do Bioma Caatinga reproduzidos por um CD, levando o aluno a identificar os cantos das diferentes aves. No final da oficina cada aluno confeccionou um vaso feito de garrafas pets para plantar uma semente. O aluno foi instruído a observar o desenvolvimento de sua planta e trazer para sala de aula com 30 dias relatando sua experiência.

Os materiais utilizados na oficina foram: Sementes; Cascas de plantas; Cd com som dos pássaros; Som; Xiloteca; Carpoteca; Simenteca; Ervas aromáticas; Jardineiras; Plantas vivas; Adubos; Garrafas pet; Tecidos e colas; Tesouras.

4.2.2. Realização da coleta de dados

Para a obtenção dos dados foram realizadas visitas as associações. O instrumento de coleta de dados utilizado durante a pesquisa foi um roteiro com questionário, aplicados com os associados das associações (apêndice A).

O intuito da aplicação desses métodos é de se obter resultados mais precisos, na construção de um diagnóstico, no qual foram abordados assuntos acerca do meio ambiente, preservação, educação ambiental etc.

As entrevistas foram aplicadas em um local reservado (escritório), deste modo, podendo ser utilizado para aplicação da entrevista. Todas as informações obtidas durante a pesquisa são de responsabilidade da pesquisadora responsável, sendo estas, em meio físico armazenados em pastas e devidamente arquivados. Todas as informações serão mantidas em sigilo.

4.2.3. Tratamento dos dados

Para a realização da obtenção da coleta dos dados, nas associações, previamente ocorreram contato com os presidentes de ambas para determinar dias e horários para a realização das entrevistas. No dia da realização foi feita a abordagem dos indivíduos de modo aleatório, respeitando a aceitação e disponibilidade dos mesmos, ao aceitar participar da pesquisa foi informado ao participante o objetivo da mesma e a total confidência de suas respostas.

4.2.4. Período de Guarda dos dados coletados

Após a coleta dos dados, as informações dos questionários foram transferidos para uma planilha, a qual auxiliará na fase de análise dos dados. Os roteiros de entrevistas e questionários aplicados ficarão aos cuidados da pesquisadora responsável, todos os documentos serão mantidos em sigilo e arquivados no endereço: Rua Jeremias da Rocha, 236, Santo Antônio, Mossoró-RN por no mínimo

5 anos. Todas as informações obtidas serão sigilosas e os nomes dos participantes não serão identificados.

4.2.5. Análise dos dados

As entrevistas estruturadas e questionários foram analisados de forma qualitativa, seguido de cálculos de frequência e percentual para posterior discussão dos dados apresentados através de tabelas.

5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Diante da preocupação com a Educação Ambiental na realidade dos pessoas com deficiência investigou-se sobre as concepções dos associados das entidades quanto a Educação Ambiental.

Os resultados obtidos nas entrevistas estão apresentados abaixo através de tabelas, com exceção dos resultados coletados na entidade da APAE que foram apenas confrontados com a teoria apresentada na pesquisa, uma vez que as entrevistas realizadas nessa instituição foram feitas abertamente, de maneira a facilitar as respostas dos associados.

5.1. CONHECENDO NOSSOS ENTREVISTADOS

Os entrevistados foram 13 homens e 20 mulheres, como pode ser observado na tabela 2:

Tabela 2 – Gênero dos associados.

Deficiência	Gênero dos entrevistados	
	Feminino	Masculino
Auditiva	9	10
Visual	3	3
Física	8	0
TOTAL	20	13

Fonte: Pesquisa desenvolvida pela autora

Esse percentual formado em sua maioria por mulheres reflete o cenário nacional brasileiro. De acordo com o censo de 2010 (IBGE) “quase 46 milhões de brasileiros, cerca de 24% da população, declarou possuir pelo menos uma das deficiências investigadas (mental, motora, visual e auditiva), a maioria, mulheres”.

Com relação a residência, pode-se perceber que os associados entrevistados se distribuem nas cidades de Mossoró, Baraúna e Russas. Os dados estão expostos na tabela 3 a seguir:

Tabela 3 - Residência dos associados.

Deficiência	Residência			
	Mossoró-RN	Baraúna-RN	Russas-CE	Areia Branca - RN
Auditiva	16	2	1	0
Visual	5	0	0	1
Física	8	0	0	0
TOTAL	29	2	1	1

Fonte: Pesquisa desenvolvida pela autora.

Isso se processa, uma vez que a cidade de Mossoró é considerada polo (o segundo maior município do Rio Grande do Norte – RN), nesse sentido, os municípios de menor porte recorrem aos serviços ofertados pela cidade. As cidades citadas pelos entrevistados fazem divisa com Mossoró. Ao norte com o Estado do Ceará; ao sul com os Municípios de Governador Dix-Sept Rosado e Upanema; ao leste com Areia Branca e Serra do Mel; e a oeste com Baraúna.

O grau de escolaridade dos associados de cada entidade é apresentado na tabela 4 a seguir:

Tabela 4 - Grau de escolaridade do associados.

Grau de escolaridade		Deficiência		
		Auditiva	Visual	Física
Não alfabetizados		4	0	1
Ensino Fundamental	Completo	15	0	4
	Incompleto	0	1	0
Ensino Médio	Completo	0	2	0
	Incompleto	0	2	0
Ensino Superior	Completo	0	1	2
	Incompleto	0	1	0
Pós-graduação		0	0	1

Fonte: Pesquisa desenvolvida pela autora.

*Nota: Todas as crianças da APAE não são alfabetizadas.

Os dados apresentados acima destacam o quanto o processo de escolarização de pessoas com deficiência no Brasil ainda tem um longo caminho a percorrer no sentido da concretização da inclusão. Mesmo com os marcos legais como a Constituição Federal de 1988 e a LDB de 1996, o acesso a escolarização na rede regular de ensino por pessoas com deficiência ainda vivencia desafios, estigmas e exclusões. Aranha (2005, p.05) em seus estudos destaca que:

A história da atenção à pessoa com necessidades educacionais especiais tem se caracterizado pela segregação, acompanhada pela conseqüente e gradativa exclusão, sob diferentes argumentos, dependendo do momento histórico focalizado. No decorrer da História da Humanidade foram se diversificando a visão e a compreensão que as diferentes sociedades tinham acerca da deficiência. A forma de pensar e por conseqüência a forma de agir com relação à deficiência enquanto fenômeno e à pessoa com necessidades educacionais especiais enquanto ser modificaram-se no decorrer do tempo e das condições sócio históricas.

Diante do contexto em tela percebe-se que o acesso a educação ainda é limitado para os entrevistados, um exemplo disso é o reduzido número de pessoas com deficiência que conseguiu chegar a universidade.

5.2. PERCEPÇÃO AMBIENTAL DO PÚBLICO ALVO

O que é meio ambiente para você?

A percepção ambiental dos associados quanto à caracterização do meio ambiente. A percepção ambiental é uma tomada de consciência do ambiente pelo ser humano, ou seja, como esse sujeito se auto define e percebe o ambiente, o espaço que ele está localizado e que interage (BASSANI, 2001).

Dessa maneira foi apresentado a seguinte questão “O que é meio ambiente?”. E como resultados obteve-se os dados expostos na tabela 5

Tabela 5 - O que é meio ambiente para os associaodos.

Deficiência	Minha casa		Meu bairro		Plantas e animais		A natureza que me rodeia		Praças, escolas e hospitais		Minha cidade		Outros	
	Fr.	(%)	Fr.	(%)	Fr.	(%)	Fr.	(%)	Fr.	(%)	Fr.	(%)	Fr.	(%)

Auditiva	7	36,84	0	0,00	7	36,84	3	15,78	0	0,00	2	10,53	0	0,00
Visual	0	0,00	0	0,00	2	33,33	4	66,66	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Física	0	0,00	0	0,00	2	25,00	6	75,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
TOTAL	7		0		11		13		0		2		0	

Fonte: Pesquisa desenvolvida pela autora.

Observa-se na tabela 5 que 36,84% dos associados da ASMO definiram meio ambiente como “Plantas e animais”, 15,78% como “A natureza que me rodeia”. Quanto aos associados da FMDM, 25% definiram como “Plantas e animais”, e 75% como “A natureza que me rodeia”. 33,33% dos Associados da ADVM afirmam que meio ambiente são “Plantas e animais” e 66,66% afirmam que meio ambiente é “Natureza que me rodeia”. Essa é uma visão restrita que evidencia apenas elementos naturais, remetendo a ideia de um ambiente que não é alterado pelo ser humano. Esta é uma visão incompleta, pois simplifica o conceito de meio ambiente remetendo a uma concepção de natureza apresentando apenas suas características originais. Isso demonstra que estes associados não incluem o ser humano, ou seja, eles mesmos como parte do meio ambiente, comprovando a falta de ações educativas que os incluam.

A outra parte dos associados da ASMO, 36,84% defende a ideia de meio ambiente a partir do espaço mais próximo deles, o meio ambiente como um espaço geográfico que eles têm acesso e que eles podem intervir.

Para essa questão era importante que o associado tenha noção de que o meio ambiente não seja restritivo à presença de seres humanos ou não humanos, perceba também que o meio ambiente não é entendido apenas por espaço natural e por fim que o meio ambiente é dinâmico e favorece a inter-relação dos seres vivos entre si e destes com o meio ambiente.

Pode-se afirmar que cada associado definiu ambiente de acordo com as sensações que pode sentir, podendo suas limitações e realidade em que vive interferirem em suas respostas.

Desde sua origem, o conceito de “meio ambiente” tem sido utilizado como sinônimo de “Natureza” ou “recursos naturais”. Ainda hoje permanece forte a influência do pensamento conservacionista, o qual a “Natureza” deve ser reverenciada e isolada do ser humano para ser salva. No entanto, reduzir esse conceito a aspectos exclusivamente “naturais” exclui as interdependências e

interações com a sociedade. O meio ambiente, ou simplesmente ambiente, não é formado apenas pela flora e fauna, água, solo e ar, como eram tradicionalmente definidos.

De forma objetiva o meio ambiente é tido como algo vasto, em que vários elementos são compreendidos, Saúve (2000) define os elementos em naturais, como o solo o ar, a água, as plantas, animais, rios, etc. Elementos socioculturais como a família, comunidades e seus produtos como as tradições, política, economia e religião. E por último, os elementos transformados pelo ser humano, são os que resultam da inter-relação entre as duas categorias de elementos anteriores, por exemplo, as construções, os automóveis, os parques, etc.

Para Bassani (2001) percepção não é uma mera sensação dada pelos órgãos sensoriais. O ser humano tem a capacidade de ver, de ouvir e de sentir tudo ao seu redor, enfim tudo aquilo que pode estimular os sentidos é uma forma de percepção, mas, o perceptível é somente aquilo que a mente atribui significado.

O que é Educação Ambiental para você?

Miranda (2010) afirma que os julgamentos, as expectativas, as ações e as condutas do ser humano em relação ao seu ambiente estão relacionados às experiências e vivências dos sujeitos.

Foi questionado aos associados sobre o que era Educação Ambiental, as respostas estão expostas na Tabela 6:

Tabela 6- O que é Educação Ambiental para os associados.

Deficiência	Ações de preservação do meio ambiente		Esclarecimento sobre questões ambientais		Tudo que faz relação com plantas		Não sei	
	Frequência	(%)	Frequência	(%)	Frequência	(%)	Frequência	(%)
Auditiva	4	21,05	0	0,00	5	26,32	11	57,89
Visual	4	66,66	0	0,00	0	0,00	2	33,33
Física	6	75,00	1	12,5	0	0,00	1	12,50
TOTAL	14	-	1	-	5	-	13	-

Fonte: Pesquisa desenvolvida pela autora

Observa-se na tabela 6 que 57,89% dos surdos não souberam responder mostrando que a EA não está sendo implementada na instituição. 26,32% dos surdos relacionaram a EA apenas às plantas, no entanto a EA ambiental também trabalha a interação do ser humano com o meio ambiente. Os associados ainda não se enxergam como parte do processo na Educação Ambiental. 21,05% dos pessoas com deficiência auditivos relacionaram EA à ações de preservação do meio ambiente. De fato, a Educação Ambiental contempla a dimensão ambiental, mas também procura estimular a construção de comprometimento do cidadão com seu espaço de vida, sendo assim, não está articulada apenas à ações de preservação. Pelo grande número de associados que não souberam responder – mais da metade – foi o grupo que apresentou maior dificuldade, corroborando com Souza (2016) que realizou uma pesquisa acerca da percepção da Comunidade Surda sobre o Rio Apodi-Mossoró, que mostrou em seus resultados que apesar dos surdos já terem assistido aulas acerca do tema de Educação Ambiental ainda não conseguem manifestar conhecimentos específicos do mesmo. “Dessa forma questionada a qualidade das aulas ministradas sobre o tema” (SOUZA, 2016, p.86).

Quanto aos pessoas com deficiência visuais, apresentaram menos dificuldade, apenas 33, 33% não souberam responder e 66.66% definiram EA como ações de preservação do meio ambiente, mostrando alguma percepção acerca do assunto.

Dentre os pessoas com deficiência físicos apenas 12,50% não souberam responder, mostrando que foram o grupo com maior facilidade de apresentar alguma definição à EA. 75% destes associados relacionaram a EA à ações de preservação. 12,50% dos pessoas com deficiência físicos relacionaram a EA ao esclarecimento sobre questões ambientais, sendo o único grupo à apresentar esta definição. Esta definição vai de encontro à percepção de Reigota (1994), que considera a Educação Ambiental acima de tudo como uma educação política, que prepara o cidadão para a autogestão e para a reivindicação de justiça social e de ética nas relações humanas e com a natureza. O primeiro passo segundo o autor, é o conhecimento das concepções de meio ambiente das pessoas envolvidas no processo.

Pode-se atribuir o melhor desempenho dos pessoas com deficiência físicos nessa questão aos trabalhos já realizados de educação ambiental na associação, que promoveram uma aproximação desses indivíduos com o tema, podendo citar

como exemplo o projeto Ortorio na praia, que buscou promover o contato dessas mulheres com o mar, pôde-se constatar que esse projeto estimulou o conhecimento das associadas acerca do contato com o meio natural, os autores Queiroz e Oliveira (2017) realizaram uma pesquisa para definir como foi essa experiência para essas mulheres. “Foi explanado a importância do contato com a natureza e o cuidado com o meio ambiente, tecendo ainda mais sobre os impactos que a ação humana pode ocasionar ao meio ambiente” (QUEIROZ e OLIVEIRA, 2017, p.452)

Além disso, os pessoas com deficiência físicas também não possuem limitações nos sentidos: olfato, visão, audição e tato e tendo em vista que a percepção é constituída pelo uso dos cinco sentidos, bem como pela cognição e a avaliação (BARAÚNA, 2001), conclui-se que o grupo dos pessoas com deficiência possuem uma boa percepção do meio a sua volta.

A lei federal nº 9795/99, já citada anteriormente, onde institui a Política Nacional de Educação Ambiental, define em seu artigo 5º, os objetivos fundamentais da educação ambiental, onde destaca-se o desenvolvimento de uma compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações, a garantia de democratização das informações ambientais, o fortalecimento da consciência crítica sobre a problemática ambiental e social, o incentivo à participação individual e coletiva na preservação do equilíbrio e qualidade ambientais e o fortalecimento da cidadania, autodeterminação dos povos e solidariedade como fundamentos para o futuro da humanidade (lei 9.795, de 27 de abril de 1999, Capítulo I. Art. I.).

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental em seu Art. 2º define a Educação Ambiental como uma dimensão da educação e atividade intencional da prática social, que deve imprimir ao desenvolvimento individual um caráter social em sua relação com a natureza e com os outros seres humanos, visando potencializar essa atividade humana com a finalidade de torna-la plena de prática social e de ética ambiental.

Gatto (2013, p. 19) destaca que “A EA é um processo educativo necessário e eficiente para reflexão e desconstrução de ideias e atitudes indesejadas em relação à complexidade da interação entre ser humano – sociedade – ambiente”

Storey (2000, p.68) afirma:

Educação Ambiental é o processo no qual os indivíduos tomam consciência do seu meio ambiente seja natural ou construído e adquirem

conhecimentos, valores, habilidades, experiências e determinação em busca da prática social a fim de encontrar soluções para os problemas socioambientais e melhorar as relações entre seres humanos.

Assim, conclui-se que a Educação Ambiental dentre seus objetivos possibilita a conscientização para que possa compreender as complexas relações entre sociedade e natureza, e assim sejam tomadas posições frente aos problemas ambientais fazendo a ligação com aspectos sociais, históricos, políticos, econômicos e culturais.

Existe algum trabalho de educação ambiental na sua associação?

Tabela 7- Existência de ações afirmativas de educação ambiental nas entidades.

Deficiência	Não	Sim	Não sei
Auditiva	7	11	1
Visual	4	2	0
Física	4	0	4
TOTAL	15	13	5

Fonte: Pesquisa desenvolvida pela autora

Em sua maioria, os associados das entidades responderam que não existia nenhuma ação de Educação Ambiental, com exceção dos associados da ASMO, que responderam “Sim” para essa questão, no entanto, através de observações feitas na entidade, percebeu-se que não existe nenhum tipo de ações afirmativas da Educação Ambiental.

Diante da falta de trabalhos desenvolvidos nas entidades acerca de questões de educação ambiental justifica-se o grande número de associados que não sabem o que é EA. Para reverter essa realidade, é necessária iniciativas por parte das associações

No entanto, de acordo com Queiroz e Oliveira (2017) o Fórum de Mulheres com Deficiência de Mossoró participaram durante 4 anos de um projeto desenvolvido por uma empresa de próteses da cidade de Mossoró com o objetivo de proporcionar às associadas a experiência de entrar em contato com a Natureza através de cadeiras anfíbias para o contato com o mar. Esta experiência pode ser considerada um trabalho pontual de Educação Ambiental.

A APAE é a única entidade que procura desenvolver ações que despertam os seus associados para questões relacionadas ao meio ambiente e a necessidade de preservá-lo. Esse trabalho é feito através de um jardim sensorial desenvolvido dentro da entidade (Apêndice E), onde permite um contato direto do associado com deficiência intelectual, múltipla, transtornos globais do desenvolvimento, com a natureza, contribuindo para acalmar, habilitar e melhorar a qualidade de vida destes. O Jardim sensorial além de tudo serve de auxílio para associados que sentem dificuldades em permanecer em salas fechadas, assim, a terapia é feita no jardim.

O jardim possui como objetivo específico estimular o desenvolvimento físico, intelectual, emocional, estimular ainda os sentidos clássicos da visão, audição, olfato, gustação, tato, propriocepção, equilíbrio, tudo isso através do contato com a natureza.

Assim, dentre os objetivos destacam-se:

Estimular o desenvolvimento físico, mental e espiritual das pessoas atendidas pela instituição; ativar a percepção; estimular além dos sentidos clássicos da visão, audição, olfato, gustação e tato, a “propriocepção” e o equilíbrio; proporcionar o contato com natureza; oferecer novos espaços para a aprendizagem de cores, plantas, animais etc. (LEÃO, 2007).

Além de tudo, fornecendo um novo espaço para aprendizagem. Geralmente são realizadas atividades que procuram desenvolver a prática textual, aprendizagem de cores, distinção de cheiros, animais, formas, plantas, em especial, plantas do Bioma Caatinga.

O jardim se torna um lugar atrativo, por estar repleto de plantas, flores, trilhas com pisos de diferentes texturas para andantes, que estimulam a propriocepção, e além disso a trilha possui corrimão para fornecer equilíbrio. Existe também a trilha para cadeirantes com piso cimentado que também permite acesso aos pontos do jardim sensorial. O jardim também conta com viveiros de pássaros e uma pequena fonte de água, desta forma percebe-se as diferentes formas que os associados podem ser estimulados nesse ambiente.

Através de observações foi possível constar também a presença de materiais recicláveis na composição do jardim sensorial, evidenciando ainda mais a preocupação da entidade com o meio ambiente.

Nesse contexto, Coan e Zakrzewski (2003) afirmam que a Educação Ambiental deve buscar estudar as relações existentes entre as pessoas o seu grupo

social e os elementos naturais. Com a realização de itinerários de interpretação ambiental (do bairro, do mercado, da escola, etc.) e de outras estratégias de investigação sobre o entorno (inventários do meio ambiente, experimentos, encontros, entrevistas, análise de documentos, etc.), a educação ambiental possibilita a redescoberta do ser humano e do seu meio desenvolvendo sentimentos de pertencimento, que permitem atuar com responsabilidade, com compromisso e assim a possibilidade de melhorar as relações do meio no qual faz parte.

Indo de encontro ao capítulo 27 da agenda 21, afirma que as organizações não governamentais:

[...] desempenham um papel fundamental na implementação da democracia participativa. A credibilidade delas repousa sobre o papel responsável e construtivo que desempenham na sociedade. As organizações formais e informais, bem como os movimentos populares, devem ser reconhecidos como parceiros na implementação da Agenda 21

Ao trabalhar com as questões ambientais os diretores das entidades não estarão apenas conscientizando os associados, mas também incentivando outros aspectos do desenvolvimento, tais como a linguagem, os aspectos cognitivos e afetivos em relação ao meio ambiente, etc.

Quem são os responsáveis pelos problemas ambientais? Quem são os responsáveis por resolver os problemas ambientais?

Foi questionado aos entrevistados sobre quem são os responsáveis pelo surgimento dos problemas ambientais e os responsáveis por solucionar esses problemas e as respostas variaram, de acordo como mostram as tabelas 8 e 9:

Tabela 8 - Os responsáveis pelo surgimento dos problemas ambientais segundo os associados.

Deficiência	Todos nós/Homens		Poder público		Não sei	
	Frequência	(%)	Frequência	(%)	Frequência	(%)
Auditiva	11	57,89	2	10,52	6	35,29
Visual	5	83,33	1	16,66	0	0,00
Física	7	87,50	0	0,00	1	12,50
TOTAL	23	-	3	-	7	-

Fonte: Pesquisa desenvolvida pela autora.

Tabela 9 - Os responsáveis por solucionar os problemas ambientais segundo os associados

Deficiência	Todos nós/Homens		Poder público		Não sei	
	Frequência	(%)	Frequência	(%)	Frequência	(%)
Auditiva	9	47,37	3	15,78	7	36,84
Visual	4	66,66	2	33,33	0	0,00
Física	5	62,50	3	37,50	0	0,00
TOTAL	9	-	8	-	7	

Fonte: Pesquisa desenvolvida pela autora.

Dos pessoas com deficiência auditivos, 57,89% acreditam que a maior responsabilidade do surgimento dos problemas ambientais é de “todos nós”, 10,52% afirmam que a responsabilidade é do poder público e 35,29% não sabem responder, porém, quando questionados sobre quem seria os responsáveis para solucionar tais problemas, 47,37% dos pessoas com deficiência auditivos afirmam que a responsabilidade é de todos nós, 15,78% do poder público e 36,84% não souberam responder.

Quanto aos pessoas com deficiência visuais, 83,33% afirmam que “todos nós” são os responsáveis pelo surgimento dos problemas ambientais, 16,66% afirmam que é responsabilidade do poder público. 66,66% afirmam que “todos nós” são os responsáveis por solucionar esses problemas, 33,33% afirmam que é do poder público.

Os pessoas com deficiência físicos concordam quase que unanimemente que todos são responsáveis pelo surgimento dos problemas ambientais, a porcentagem correspondente a essa resposta é de 87,50% e 12,50% não souberam responder. 65,50% afirmam que a responsabilidade de diminuir os problemas ambientais é de todos, e 37,50% afirmam que é do poder público.

A diferença entre as duas respostas reflete que mesmo vendo-se como principal responsável pelo surgimento dos problemas ambientais, existe uma porcentagem menor que se vê como responsável para solucionar esses problemas.

No entanto, se pode ver que a maioria se vê como responsável nos dois lados da moeda, como o associado da ADVIM que afirma:

O mesmo que prejudica, ele pode consertar, quando o ser humano agride a natureza, se ele pensar ao contrário e não comprometer o meio ambiente ele consegue reverter a situação, o poder público também pode reverter essa situação (ASSOCIADO DA ADVIM 1).

Este associado, evidencia que o ser humano apesar de ser responsável pelos danos causados ao meio ambiente, é também responsável por reverter essa situação.

A partir das respostas dessas duas questões pode-se constatar até que ponto os indivíduos com deficiência se incluem nas problemáticas ambientais da realidade que eles estão inseridos.

No seu entender qual a relação da acessibilidade com a educação ambiental?

Nessa questão, a maioria dos associados não soube responder qual a relação da acessibilidade e educação ambiental, com exceção dos associados da ADVM, que descreveram através de suas vivências a relação que se estabelece como é evidenciado abaixo:

Por exemplo, se nós quisermos dar uma passada em um Jardim ao ar livre, se não tiver um acesso para pessoas com deficiência, tanto quanto para cegos ou pessoas com deficiência físicos, vão encontrar uma certa dificuldade (ASSOCIADO DA ADVM 2).

Outro associado também salienta:

Existe quando se fala do acesso inapropriado para gente andar nas calçadas e nas ruas, temos dificuldades pela questão do lixo e poluição, principalmente a sonora, como nós não vemos, utilizamos muito a audição para nos guiar, então os carros, motos, som atrapalham muito. As calçadas desniveladas também atrapalham muito não só nossa deficiência, mas também a deficiência física (ASSOCIADO DA ADVM 4).

A fala do associado que foi mostrada acima vai de encontro com os pensamentos de Vygotsky, o qual afirma que as limitações que alguns indivíduos possuem pode se tornar fonte de crescimento:

Um defeito ou problema físico, qualquer que seja sua natureza, desafia o organismo. Assim, o resultado de um defeito é invariavelmente duplo e contraditório. Por um lado, ele enfraquece o organismo, mina suas atividades e age como uma força negativa. Por outro lado, precisamente porque torna a atividade do organismo difícil, o defeito age como um incentivo para aumentar o desenvolvimento de outras funções no organismo; ele ativa, desperta o organismo para redobrar atividade, que compensará o defeito e superará a dificuldade. Esta é uma lei geral, igualmente aplicável à biologia e à psicologia de um organismo: o caráter negativo de um defeito age como um estímulo para o aumento do desenvolvimento e da atividade (VYGOTSKY, 1989).

O lixo jogado nas calçadas também é citado como empecilho por outra associada da ADVM:

“É que as pessoas não colaboram elas colocam lixo nas calçadas, nós que somos pessoas com deficiência visuais, precisamos andar ao lado do meio fio, então, as pessoas colocam sacolas de lixo, caixas, podam plantas e deixam os galhos ali, então isso atrapalha a gente de ter acessibilidade” (ASSOCIADA DA ADVM 1).

Para Vygotsky (1989), o próprio organismo possui um esquema de compensação das funções deficitárias. O indivíduo com deficiência visual costuma orientar-se através de sua audição e também do tato com auxílio de bengalas, quando o ambiente que o deficiente visual está inserido é repleto de lixo e poluição sonora isso torna uma grande barreira para a vivência destes.

Vygotsky (1989) deixa claro que o maior entrave no desenvolvimento de um indivíduo com deficiência não é tanto o defeito de caráter biológico e sim as restrições no campo social.

Saramago (2004) faz uma crítica quanto à consciência da sociedade, quando esta não desenvolve preocupação social com pessoas com deficiência visuais: “responsabilidade de ter olhos quando os outros os perderam ou nunca tiveram” (SARAMAGO, 1995, p. 241)

De um modo geral, o obstáculo encontrado para responder essa pergunta se encontra na dificuldade do deficiente se sentir parte integrante do Meio Ambiente.

O que você faz para conservar o ambiente em que vive?

Freita (2012) ressalta que ações de conservação vão muito além de somente cuidar da natureza, deve-se lembrar o mundo é globalizado e capitalista, assim, é de extrema importância ajustar cidadãos para agir por mudanças sociais e ambientais positivas, capaz de integrar conceitos e ferramentas de diversas áreas para auxiliar todos a compreenderem melhor o mundo em que vivem, e, dessa forma, buscar a reeducação do ser humano frente aos problemas ambientais.

Foi questionado aos associados quais eram as ações de preservação que eles praticavam, as respostas são mostradas, a seguir, na tabela 10:

Tabela 10 - Ações de preservação praticadas pelos associados.

Deficiência	Cuidar de plantas e árvores	Limpar a casa	Economizar água	Não Poluir	Não souberam responder
Auditiva	10	5	1	0	4
Visual	0	1	0	3	1
Física	0	0	0	4	4
TOTAL	10	6	1	7	9

Fonte: Pesquisa desenvolvida pela autora.

Pelas respostas, observa-se que os associados ainda possuem uma visão muito restrita de preservação, associando apenas à elementos naturais, como dito anteriormente, ações de conservação vai além desses elementos.

A preservação do meio ambiente depende de todos: governo, educadores, empresas, Organizações Não governamentais, meios de comunicação e de cada cidadão. A educação ambiental é fundamental na resolução desses problemas, pois incentiva os cidadãos a conhecer e fazer sua parte, como: evitar desperdício de água, luz e consumos desnecessários, fazer coleta seletiva, adquirir produtos de empresas preocupadas com o meio ambiente, cobrar as autoridades competentes para que apliquem a legislação.

Você sabe o que é Bioma?

De acordo com Souza (2007) o termo Bioma é usado para denominar áreas geográficas e climáticas que possuem comunidades similaridades de plantas e animais.

Tabela 11 - O que é Bioma para os associados.

Deficiência	Animais e plantas	Caatinga	Não souberam responder
Auditiva	2	0	18
Visual	0	0	5
Física	0	1	7
TOTAL	2	1	30

Fonte: Pesquisa desenvolvida pela autora

Como mostra a tabela 11, essa é uma questão bastante complexa de ser respondida e pode-se verificar que a maioria dos associados não soube responder o que é Bioma, mostrando o quão limitado é o acesso à informações do Bioma, ainda assim, apenas um associado citou a Caatinga em sua resposta, demonstrando que tem conhecimento de que a Caatinga é o Bioma predominante da região.

Na rede de ensino, o estudo sobre os Biomas começa no ensino fundamental, a grande maioria dos associados têm ensino fundamental completo, estima-se, assim, que todos já tiveram acesso ao estudo desse tema. No entanto, deve-se considerar as dificuldades que os pessoas com deficiência enfrentam na sala de aula, a falta de inclusão, que muitas vezes os impedem de ter acesso a um ensino de qualidade.

A falta de oportunidades de conhecer o meio que os rodeia também reflete no desconhecimento do Bioma da região, bem como do termo Bioma.

É de extrema importância o conhecimento do Bioma Caatinga, pois segundo o Ministério do Meio Ambiente, este existe apenas no Brasil, considerado um patrimônio muito valioso, no entanto, o Bioma tem sido desmatado de forma acelerada e ilegal. Segundo dados do Ministério do Meio Ambiente (MMA) o desmatamento chega à 46% da área do Bioma.

A Conferência Regional de Desenvolvimento Sustentável do Bioma Caatinga - A Caatinga na Rio+20, formalizou os compromissos a serem assumidos pelos governos, parlamentos, setor privado, terceiro setor, movimentos sociais, comunidade acadêmica e entidades de pesquisa da região para a promoção do desenvolvimento sustentável do Bioma.

Alguns dos compromissos assumidos no documento declaração da Caatinga (2012, p.3) remetem a algumas ações de integração para ser realizadas com a sociedade, que são relevantes para o presente estudo:

Fomentar, num espírito de parceria, a cooperação entre todos os níveis de governo, comunidades, organizações não governamentais, comunidade acadêmica, iniciativa privada e detentores de terras, com o intuito de promover a proteção ambiental, a conservação dos recursos naturais e o desenvolvimento sustentável na Caatinga.

A obtenção de conhecimentos relacionados à convivência com as condições de semiaridez, numa perspectiva de educação contextualizada, eleva significativamente a qualidade de vida nas áreas abrangidas pela Caatinga, principalmente daquelas populações que

moram em comunidades rurais, representando, inclusive, um vetor de inclusão, ascensão social e sustentabilidade ambiental.

Observa-se que esses compromissos não estão sendo colocados em prática nas instituições que atendem os associados.

O que é desenvolvimento sustentável?

A pergunta seguinte trata da opinião dos associados sobre o que é desenvolvimento sustentável, a tabela 12 mostra as respostas dos associados:

Tabela 12 - O que é desenvolvimento sustentável para os associados.

Deficiência	Utilizar de maneira consciente	Conservar árvores	Desenvolvimento humano	Não souberam responder
Auditiva	0	1	2	17
Visual	1	0	0	4
Física	0	0	0	8
TOTAL	1	1	2	29

Fonte: Pesquisa desenvolvida pela autora

Como pode-se observar nos dados obtidos na tabela 11, o conceito de desenvolvimento sustentável usado pelos associados ainda é limitado, e nas associações pouco se conhece sobre este tema. Apenas um associado usou uma definição que remete ao desenvolvimento sustentável, termo que será necessário para entender a pergunta seguinte, que procura saber se a inclusão está chegando a eles.

Um dos pilares do desenvolvimento sustentável é a inclusão. Você acha que a inclusão está chegando até você?

Analisando os dados da tabela 13, abaixo, verificou-se que a inclusão ainda não está chegando de maneira efetiva às pessoas com deficiência, que ainda sofrem com a falta de adaptações no seu dia a dia. E ainda é desconhecido seus deveres e obrigações.

Tabela 13 – Inclusão das pessoas com deficiência.

Deficiência	Sim	Não	Não souberam responder
--------------------	------------	------------	-------------------------------

Auditiva	10	2	6
Visual	2	3	0
Física	0	0	8
TOTAL	12	5	14

Fonte: Pesquisa desenvolvida pela autora

Sobre essa questão, o associado da entidade ADVM se posiciona da seguinte forma:

Ainda não, para essa inclusão chegar ainda falta muita coisa, poderia citar, por exemplo, se formos ao banco não conseguimos enxergar o número da senha que está sendo chamada e dependemos de perguntar para outras pessoas sobre a senha (ASSOCIADO DA ADVM 2).

O documento da ProNEA defende a ideia de que:

[...] é direito e dever de todo cidadão participar na construção de ambiente saudável e promover um desenvolvimento de forma sustentável, construindo assim, valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente.

Para reforçar a ideia de desenvolvimento sustentável o documento “O futuro que queremos” da ONU, define:

O desenvolvimento sustentável requer o envolvimento e a participação ativa e concreta [...] incluindo as comunidades locais, os grupos de voluntários e as fundações, os migrantes, as famílias, os idosos e as pessoas com deficiência [...] em processos que contribuam com as decisões envolvendo as políticas e programas de desenvolvimento sustentável, seu planejamento e implementação, em todos os níveis.

Ficou evidente a dificuldade encontrada pelos os associados no seu dia a dia por conta da falta de acessibilidade, e eles afirmam que a inclusão não está chegando a eles, pois ainda encontram dificuldades no seu dia a dia, por exemplo, pela falta de acessibilidade nas calçadas, ausência de rampas, piso tátil, a presença de desníveis são os principais entraves, e ainda dificuldades em realizar tarefas comuns do cotidiano, como o associado citou anteriormente.

O que você faz para economizar água?

Foi questionado aos associados quais eram as ações que eles praticavam para economizar água, as respostas dos associados estão apresentadas na Tabela 14:

Tabela 14 – Ações praticadas pelos associados para a economia de água.

Deficiência	Banhos curtos/desligar torneira		Nada		Reuso		Não souberam responder	
	Frequência	(%)	Frequência	(%)	Frequência	(%)	Frequência	(%)
Auditiva	7	36,84	1	5,26	1	5,26	10	52,63
Visual	4	66,66	0	0,00	2	33,33	0	0,00
Física	3	37,5	1	12,5	0	0,00	4	50,00
TOTAL	14	-	2	-	3	-	14	-

Fonte: Pesquisa desenvolvida pela autora

Na tabela 14 observa-se que a maior parte dos pessoas com deficiência economizam água através do racionamento, logo em seguida existe uma parte dos associados que fazer a reutilização da água.

Indo de encontro a tabela 9, vista anteriormente, quando questionados sobre ações de preservação que eles praticavam, apenas 1 associado afirmou que economizava água, mostrando que a economia de água não é ação principal praticada pelos associados.

Espera-se que o associado tenha despertado para preocupação em relação à racionalização da água, e procure encontrar meios para poupá-la, sendo esta um recurso finito e sua má utilização pode ocasionar em sua falta para as gerações futuras.

Através do reconhecimento realizado pela ONU feito em 28 de julho de 2010, o acesso à água e ao saneamento é um direito humano essencial ao pleno gozo da vida, e está diretamente atrelado aos direitos à vida, à saúde, à alimentação e à habitação (UNITED NATIONS, 2010).

Existem, também, leis brasileiras que garantem o direito à água e ressalta sua importância, exemplo disso é a Lei 9.433 - Lei dos Recursos Hídricos, a partir do qual, o governo brasileiro adota novos conceitos e valores em relação a água, mostrando novas formas de se compreender a sua importância, tratando a água do território brasileiro como riqueza natural, a qual é um bem de todos os brasileiros.

No entanto, esse direito está comprometido à medida que se observa uma gradativa e intensa redução nos índices pluviométricos em algumas regiões do país e a demanda cresce fenômeno chamado de crise hídrica que atinge significativamente regiões Nordeste e Sudeste do país (ANA, 2015).

A Agência Nacional de Águas - ANA (2015) ressalta a importância de difundir a compreensão acerca da crise hídrica, levando as pessoas ao entendimento do recurso hídrico como bem público finito, para que exista um uso mais racional e sustentável da água, assim, resultando na garantia da oferta hídrica. A economia de água pode ser feita através de técnicas de reuso deste bem precioso, reduzindo o desperdício, além de implementar ações de conservação de mananciais são medidas, entre outras, que devem ser priorizadas e fomentadas (ANA, 2015).

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O foco principal desse trabalho foi identificar a percepção ambiental das pessoas com deficiência, as ações e práticas pedagógicas desenvolvidas com estas pessoas observando a integração da EA e da EI, motivado principalmente pelo desafio de verdadeiramente incluir as pessoas com deficiência, para que se sintam como ser atuante e modificador do meio em que vivem. Observando também um contexto mais amplo, perceber que estão, também, incluídos em complexas inter-relações que envolvem os seres humanos, a sociedade e o meio em que vivem.

Os resultados das entrevistas indicaram que os associados possuem dificuldades em falar sobre algumas questões ambientais, justificado pela falta de atividades de educação ambiental e materiais disponíveis acerca desses temas nessas instituições.

Os associados da ASMO foram o grupo que encontraram maior dificuldade em responder e apresentar respostas coerentes. Esse fato pode ser decorrente da dificuldade dos pessoas com deficiência auditivos em escrever no português-padrão, uma vez que sua língua materna é LIBRAS. Góes (2002) diz que as limitações nas interações sociais sentidas pelo surdo é a falta de língua comum entre o locutor e interlocutor.

O grau de instrução dos entrevistados também pode influenciar, visto que varia entre analfabetos e ensino fundamental completo. Corroborando com Souza (2016) que realizou uma pesquisa acerca da percepção da Comunidade Surda sobre o Rio Apodi-Mossoró, quanto ao ambiente, através de LIBRAS, a presente pesquisa também verificou que os pessoas com deficiência auditivos possuem grande dificuldade na escrita e leitura de informações escritas em geral, assim, não dominam o vocabulário nem a estruturação das frases, pois não acessam a

informação escrita como outras pessoas.

Outro fator importante que influenciou nas respostas dadas pelas pessoas com deficiência auditiva, é a falta de sinais na linguagem de LIBRAS que expressem termos mais específicos sobre meio ambiente. Souza (2016) também destaca essa dificuldade e comprova a falta de léxicos através de pesquisas em vários sites e dicionários como, o dicionário de Capovilla, o Livro Ilustrado de Língua Brasileira de Sinais, e Dicionário pró-Libras.

Dos associados da ASMO cerca de 54% defendem a ideia de meio ambiente num contexto de Natureza, e traz como principal foco perceptivo apenas elementos naturais. E pouco mais de 36% defende a ideia de meio ambiente a partir do espaço mais próximo deles, o meio ambiente como um espaço geográfico que eles têm acesso e que eles podem intervir, como casa, praça e etc.

Os associados da ADVM possuem um grau de instrução maior, possuindo ensino médio e ensino superior. Todos os associados da ADVM possuem a percepção de meio ambiente como meio natural constituídos apenas por elementos naturais, ou seja, sem a influência do ser humano. Eles apresentaram em sua maioria respostas coerentes e através de experiências da própria vida, afirmaram que sofrem com a falta de inclusão, citando problemas ambientais que atrapalham a qualidade de vida destes, como poluição sonora, lixo, falta de acesso adequado.

O grupo de pessoas com deficiência físicas também apresentou pequena dificuldade em abordar as questões sobre inclusão e problemas ambientais que os rodeiam, possuindo a concepção de meio ambiente como o conjunto de aspectos exclusivamente naturais. No entanto estes associados foram os que melhor definiram a Educação Ambiental, corroborando com Queiroz e Oliveira (2017), que também realizaram um trabalho com o Fórum de Mulheres Pessoas com deficiência de Mossoró, que buscou promover o contato dessas mulheres com o mar, pôde-se constatar que esse projeto estimulou o conhecimento das associadas a cerca do contato com o meio natural.

Este grupo é o único que não possui uma sede fixa, este aspecto influencia diretamente na vida desses associados, pois não possuem lugar para desenvolver atividades educativas, inclusive, de educação ambiental. Os pessoas com deficiência físicas conseguem interagir com o meio a sua volta através de todos os sentidos, no entanto as barreiras arquitetônicas ainda os impedem de usufruírem do

meio à sua volta de maneira plena. O ministério da Educação (2006), através do documento “A inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais”, ressalta que a falta de acessibilidade nas ruas, prédios e estabelecimento, por exemplo, dificultam a locomoção de pessoas que fazem uso de cadeira de rodas, bengalas ou muletas, com isso, influencia diretamente na sua inserção na sociedade. Essas barreiras, são fruto descaso e violação das leis.

Por fim, os associados da APAE foram os que apresentam uma maior proximidade com a Educação Ambiental, apesar de não ter sido possível a aplicação de questionário com esses associados, por conta das limitações intelectuais que estes possuem, o diagnóstico sobre a percepção ambiental se deu através da fenomenologia. Através dessa metodologia o sujeito é visto como “atribuidor de sentido” às situações vivenciadas em seu cotidiano, e não como alguém que meramente repete ideias adquiridas de forma mecânica. Assim, as questões ambientais foram levantadas através de perguntas simples e diretas, como por exemplo, “onde você joga seu lixo?” e através das respostas dos associados a essas questões percebe-se que a Educação Ambiental é constantemente trabalhada dentro da APAE.

Esta proximidade dos associados da APAE com a Educação Ambiental se justifica pelo trabalho realizado na instituição como o jardim sensorial. Este, se localiza na área externa da entidade, com intuito pedagógico, adequado para observar, refletir as ações e as consequências causadas ao ambiente. Os associados da APAE plantam, adubam, regam e cuidam, assim estimulam seus sentidos através do contato com a terra, folhas, estimulam o olfato com o cheiro das plantas, remetendo ao sentimento de descoberta e de pertencer àquele meio, então a partir disso ampliaram suas relações ser humano-meio ambiente, incorporando em suas ações atitudes ecológicas. Matos, Gabriel e Bicudo (2013) destacam a diferença do jardim sensorial para os comuns, é que ele deixa de ser uma área de lazer para ser uma ferramenta de inclusão para todos os tipos de pessoas e necessidades.

Tendo em vista que a percepção ambiental é decorrente da apuração dos cinco sentidos, visão, audição, olfato, tato e paladar, Souza (2016) afirma que cada um contribui para capacidade de entender, sentir, reagir e agir frente ao meio. A privação desses sentidos resulta no aumento da percepção dos demais sentidos.

Dessa forma, os pessoas com deficiência compensam a falta de um sentido potencializando os demais para perceber o meio ambiente.

De forma geral, os associados mostraram sensibilização para as questões ambientais, de responsabilidade social, pois deixaram explícitos o quanto acreditam ser essencial conservar, preservar, e manter um ambiente limpo e saudável. No entanto, verifica-se problemas conceituais nas respostas dos associados, mostrando que é necessário tratar questões mais profundas, como a percepção de meio ambiente além dos elementos naturais, o que é desenvolvimento sustentável, componentes do meio ambiente, definir o que é um Bioma e também identificar qual o Bioma da nossa região.

Concluí-se que a maior dificuldade é dizimar o pensamento de que as deficiências são barreiras para o contato e interação com o ambiente natural, bem como o acesso a bens e serviços ambientais. Portanto cabe às instituições e a sociedade estimular também a inclusão, o respeito à diversidade, e o desenvolvimento da percepção ambiental.

A oficina realizada com os associados da ADVM teve como intuito mostrar que é possível realizar atividades de aproximação com o meio ambiente de forma lúdica, derrubando a barreira da deficiência, mostrando que existem inúmeras iniciativas que estimulam à inclusão, assim, as belezas naturais, além de apreciadas com os olhos, ouvidos e tato pode ser também percebidas por outros sentidos.

O contato com o meio deve ser estimulado desde a infância, pois possibilita um novo aprendizado do mundo. Gil (2000) afirma que “as mãos são os olhos das pessoas com deficiência visual”. Pela estimulação precoce, Gil (2000) declara que, a criança aprende a usar seu tato para entender os objetos, assim, a principal função é despertar a percepção e compreensão do ambiente. Vygotsky (1994), outro autor que destaca a importância de estimular a aprendizagem nas crianças, afirma que “(...) O aprendizado das crianças começa muito antes de frequentarem a escola”

Além de educar e trazer para os associados conhecimentos sobre o Bioma regional, características e contato das plantas desse Bioma, foi promovido um momento único, em que se percebe a satisfação dos participantes promovendo a autoestima e socialização. Maciel et al (2010) destacam a importância de realizar esse trabalho com o público deficiente, pois estimula a reflexão sobre sensibilização e o sentido mais íntimo de educação ambiental. Muitas vezes a deficiência é vista

como barreira para o contato com a natureza.

Ao final da pesquisa pode-se comprovar que as políticas públicas voltadas para Educação Ambiental não estão sendo efetivadas nessas associações. Sugere-se que as associações comecem a explorar as áreas verdes, praças, parques, etc, fazendo com que a natureza e a relação com esta seja mais comum para fazer com que os pessoas com deficiência se sintam incluídos e interligados ao meio ambiente.

REFERÊNCIAS

ANA, **Agência Nacional de Águas. Encarte especial sobre a crise hídrica. Conjuntura dos recursos hídricos no Brasil - Informe 2014.** [S.l.]: Ministério do Meio Ambiente, 2015.

ARANHA, M. S. F. **Projeto Escola Viva: garantindo acesso e permanência de todos os alunos na escola: necessidades educacionais especiais dos alunos.** Brasília: 2005.

ARAÚJO, A. M. S.. **Educação Inclusiva: Quando A Escola Exclui Ao Incluir.** II CINTEDI, Universidade Federal da Paraíba, 2016.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo.** 5. ed. São Paulo: Edições 70, 2010. 281p

BARAÚNA, T. Criatividade: uma necessidade para a enfermagem. **Nursing**, São Paulo, v. 4, n. 2, p. 8-9, fev. 2001

BASSANI, M. A. **Fatores psicológicos da percepção ambiental.** In: MAIA, N. B. et al. (Orgs.). **Indicadores Ambientais: Conceitos e Aplicações.** São Paulo: EDUC/COMPEC/INEP, 2001.

BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL. **Orientação E Mobilidade Conhecimentos Básicos Para A Inclusão Da Pessoa Com Deficiência Visual**, Brasília, 2003.

BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Secretaria de Educação Especial - Direito à educação: orientações gerais e marcos legais**. Brasília: MEC/SEESP. 1997.

BRASIL. **Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. **Declaração de Salamanca e linhas de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: Ministério da Justiça/Secretaria Nacional dos Direitos Humanos, 2a edição, 1997.

BRASIL. Lei n.º 4.024/61, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: Diário Oficial, 21 de dezembro de 1961. BRASIL. Lei nº 5.692/71, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: Diário Oficial, 12 de agosto de 1971.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 23 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto, 1996. Ministério da Educação e do Desporto/Secretaria de Educação Especial, 1995.

BRASIL. Parecer n.º 17, **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Brasília: Conselho Nacional de Educação, 2001.

BRASIL. República Federativa do. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**. Brasília 2007.

BRASIL. República Federativa do. **Decreto Legislativo n. 3.956/2001**

BRASIL. República Federativa do. **Decreto Legislativo n. 6.094**.

BRASIL. Lei nº 9.795, de 27 de Abril de 1999. **Institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências**.

BORGES, J.A. S. **Educação ambiental na perspectiva da educação inclusiva**. In: Olhar de professor, Ponta Grossa, 14(2): 285-292, 2011

BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO DE EDUCAÇÃO. **A inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais**. Brasília – DF, 2006.

CAMPOS, C. C. S.; **Educação Inclusiva, Realidade ou Utopia, Um olhar histórico para Educação Especial**, 2011. Monografia. Universidade de Brasília. Brasília – DF.

CANDAU, V M. **Oficinas pedagógicas de direitos humanos** . 2ª ed. Petrópolis, RJ : Vozes, 1995.

CANDAU, V. M.; SCAVINO, S. (Org.) **Educar em direitos humanos: construir democracia**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

CÂNDIDO, R. S. A. **Interdisciplinaridade Da Educação Ambiental No Ensino Fundamental II**. Rio De Janeiro 2010

CARMO FILHO F.; OLIVEIRA O. F. 1995. **Mossoró: um município do semi-árido nordestino, caracterização climática e aspecto florístico**. Mossoró: ESAM, (Coleção Mossoroense, Série B) 62p.

CARVALHO, I. C. M. **O ambiental como valor substantivo e atributoidentitário da educação ambiental**. In: Sauvé, L. O.; I.Sato, M. Textos escolhidos em educa o ambiental: de uma América   outra. Montreal: CIRADE & UQAM, Projeto EDAMAZ, 2001.

CARVALHO, I. C.M. **Os sentidos de “ambiental”:** a contribui o da hermenêutica   pedagogia da complexidade. In: LEFF, Enrique. (coord.). A complexidade ambiental. São Paulo: Cortez, 2003.

CARVALHO, R. E. **A Nova LDB e a Educa o Especial**. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

CARVALHO, R. E. **Temas em educa o especial**. Rio de Janeiro: WVA, 1998

CARVALHO, R.E. **Educa o Inclusiva: com os pingos nos “is”**. Porto Alegre: Media o, 2004.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2008. 164p.

COAN, C. M. E; ZAKRZEVSKI, S. B. **Representa es Pragmáticas sobre o meio ambiente**, 2003

DISTRITO FEDERAL (Brasil). **Organiza o Pedagógica – Deficiência Visual**. Secretaria de Educa o do Distrito Federal, Brasília: GDF/SEDF/SUBEP/DEEE, 2016.

DIAS, G. F. **Educa o Ambiental: princípios e práticas**. São Paulo: Global, 1998.

DOS SANTOS, A. F.; FÁTIMA, E. B. Mudanças comportamentais que visam ao desenvolvimento sustentável. **Revista Monografias Ambientais**, v. 5, n. 5, p. 1000-1003, 2012.

EFFTING, T. R. **Educa o Ambiental Nas Escolas Públicas: Realidade E Desafios**. Monografia. Universidade Estadual Do Oeste Do Paraná – Unioeste Campus De Marechal Cândido Rondon. 2007.

FRANÇA M. **A gestão descentralizada da educa o ambiental no município de Mossoró/RN: participa o e autonomia**, 31^a Reunião Anual - 2008 da Associa o Nacional de P s-Gradua o e Pesquisa em Educa o, 2008.

GATTO, E. **Educa o Ambiental e Educa o Inclusiva: Possiveis aproxima es**. Jundiá, Paco Editorial, 2015

GATTO, E. **Educação Ambiental e Educação Inclusiva: um estudo com os profissionais na escola de educação básica Jorge Lacerda – Flor do Sertão-SC.** 2013. Dissertação de Mestrado – Universidade do Vale do Itajaí, UNIVALI.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** São Paulo: Atlas, 2008.

GIL, M. (Org). **Caderno da TV Escola: Deficiência Visual.** Brasília. Ministério da Educação. Secretaria de Educação a Distância. 2000.

HENNING, V. F. A. **A inclusão de pessoas com deficiência visual. Especialização.** Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Mato Grosso. Cuiabá-MT, 2009.

HIGUCHI, M. I. G. ; AZEVEDO, G. C. de. **Educação como processo na construção da cidadania ambiental.** Revista brasileira de educação ambiental, Bras.

HONORA M.;FRIZANCO M. L., **Esclarecendo as deficiências: Aspectos teóricos e práticos para contribuir com uma sociedade inclusiva.** Ciranda Cultural, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo Demográfico 2010.**

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo Demográfico 2007.**

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **DGC - Coordenação de Geodésia - Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo,** 2017.

INSTITUTO ITARD. **O que é Deficiência Auditiva e Surdez.** 2017.

JACOBI, P. **Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade.** Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 118, p.189-205, mar. 2003.

JANNUZZI, G. **A luta pela educação do “deficiente mental” no Brasil.** São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1985

JANNUZZI, G. **A luta pela educação do deficiente mental no Brasil.** Campinas/SP: Editores Associados, 1992.

KRAETZIG, J. M. **Educação ambiental e inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais: uma prática possível.** Monografia de especialização. Santa Maria, editora. 2008

LEÃO, J. F. M. C. **Identificação, seleção e caracterização de espécies vegetais destinadas à instalação de jardins sensoriais táteis para pessoas com deficiência visuais, em Piracicaba (SP),** Brasil. 2007. 136f. Tese (Doutorado em Agronomia) – Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”/Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

LEAL, M. da C dos R. **Inovação Curricular? Educadores para uma Sociedade Sustentável.** São Paulo: Paco Editorial, 2013.

MACIEL, J. L.; WACHHOLZ, C. B.; ALMINHANA, C. O.; BITAR, P. G.; MUHLE, R. P. **Metodologias de uma Educação Ambiental Inclusiva**. Revista virtual EGP. Porto Alegre. v.1, n. 1, 2010.

MARCONI, M. A. e LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 6ª Edição – 5ª reimpressão. São Paulo: Atlas, 2007

MARQUETI A. R. R, **A Inclusão Do Deficiente Auditivo Na Educação Infantil: a atuação do professor**. Monografia. UNISALESIANO, São Paulo, 2013.

MARTINS, G.A. e PINTO, R.L. **Manual para elaboração de trabalhos acadêmicos**. São Paulo: Atlas, 2001.

MARTINS, J., & BICUDO, M. **A pesquisa qualitativa em psicologia**. São Paulo: Centauro. 2005

MATOS, M. A.; GABRIEL, J. L. C.; BICUDO, L. R. H. **Projeto e construção de jardim sensorial no jardim botânico do IBB/UNESP**, Botucatu/SP. Rev. Ciênc. Ext. v.9, n.2, p.141-151, 2013.

MAZZOTA, M. J. S. **Educação Especial no Brasil. História e Políticas Públicas**. São Paulo; Ed.: Cortez, 1996.

MAZZOTA, M. J. S. **Fundamentos da educação especial**. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1982.

MENDES, E. G. **Bases Históricas da Educação Especial no Brasil e a perspectiva da Educação Inclusiva**. (texto produzido para a disciplina Educação Especial no Brasil) - mimeo, 2000.

MENDES, E. G. **Deficiência mental: a construção científica de um conceito e a realidade educacional**. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. São Paulo, 1995

Ministério do Meio Ambiente. **Caatinga – monitoramento do desmatamento dos Biomas brasileiros por satélite**. Relatório Técnico 2010-2011.

MIRANDA, A. A. B. **História, deficiência e educação especial**. Tese de doutorado. Uberlândia. UNIMEP, 2003

MOREIRA, W. W.; SIMÕES, R.; PORTO, E. **Análise de conteúdo: técnica de elaboração e análise de unidades de significado**. Revista Brasileira de Ciência e Movimento, v. 13, n. 4, p. 107-114. 2005

MOSSORÓ. **Prefeitura Municipal de Mossoró. Programa Municipal de Educação Ambiental (2006-2008)**. Mossoró, RN: Gerência Executiva da Gestão Ambiental, 2006.

OMISTE, A. S.; LÓPEZ, M. Del C.; RAMIREZ, J. **Formação de grupos populares: uma proposta educativa**. In CANDAU, Vera Maria; SACAVINO, Susana (Org.) **Educar em direitos humanos: construir democracia**. Rio de Janeiro : DP&A, 2000.

ONU. **O futuro que queremos**. Conferência das Nações Unidas sobre o desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro (Brasil): Organização das Nações Unidas. 2012: 55 p. 2012.

PEDRINI, A. G. **Educação Ambiental: Reflexões e práticas contemporâneas**. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

PNEA. **Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999**. Disponível em: <> Acesso em: 04 de dezembro de 2017.

PRONEA. **Programa Nacional de Educação Ambiental. Secretaria do Meio Ambiente**. 2003.

QUEIROZ, T. F.; OLIVEIRA, R. F. **A Experiência Fenomenológica De Mulheres Com Deficiência Em Biomas Litorâneos**. Revista INCLUDERE / CAADIS, ISSN 2359-5566, 2017.

RAMOS, E. C. **Educação ambiental: evolução histórica, implicações teóricas e sociais**. Uma avaliação crítica. Curitiba, 1996. Dissertação de mestrado - UFPR.

ROSADAS, S. C. **Educação Física para pessoas com deficiência**. Rio de Janeiro: Ateneu, 1986.

SÁ, E. D.; CAMPOS, IZILDA M.; SILVA, M. B. C. **Inclusão Escolar de Alunos cegos e com baixa visão**. Atendimento Educacional Especializado. SEESP, SEED, MEC, Brasília -DF, 2007.

SATO M.. **Debatendo Os Desafios Da Educação Ambiental**. Revista Eletronica do Mestrado em Educação Ambiental. Rev. eletrônica Mestr. Educ. Ambient. ISSN 1517-1256, 2001.

SAÚVE, L. (Ed.) **A educação ambiental – uma relação construtiva entre a escola e comunidade**. Montréal: Projeto EDAMAZ, UQAM, 2000.

SAUVÉ, L. **Environmental education and sustainable development: a further appraisal**. In Canadian Journal of Environmental Education, v.1, n.1, 7-34p., 1996.

SILVA L. O. ; DIAS R. L. **Educação ambiental como perspectiva para inclusão social de pessoas surdas**, 2011.

SILVA, J. R. **A Comunicação Como Ferramenta Pedagógica Na Educação Ambiental**. Monografia. Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. Mossoró-RN, 2013

SILVA, P. J. M. (org). **O Acesso de Alunos com Deficiências às Escolas e Classes Comuns da Rede Regular**. Ministério Público Federal: Brasília: Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, 2004.

SILVA, V. B.; CRISPIM, J.Q. **Um breve relato sobre a questão ambiental**. Revista Geomae, Campo Mourão, v. 02, n. 01, , p.163-175., 2011

SILVA, V. B.; CRISPIM, J.Q. **Um breve relato sobre a questão ambiental**. Rev. GEOMAE Campo Mourão, PR v.2n.1 p.163 - 175 1ºSem 2011 ISSN 2178-3306.

SARAMAGO, J. **Ensaio Sobre a Cegueira**. São Paulo. Companhia das Letras, 1995

SOARES, R. L. S..(Orgs.) **Metodologias e experiências em projetos de extensão**. Niterói: EDUFF, 2000.

SOUZA, A. M. ; POVALUK, M.. A Educação Ambiental na Escola de Educação Básica Frederico Fendrich no Município de São Bento do Sul-SC. **Ágora**: R. Divulg. Cient., ISSN 2237-9010, Mafra, v. 17, n. 2, 2010

SOUZA, C. F.. **Aceitação Da Utilização De Um Jogo De Tabuleiro Como Facilitador Da Aprendizagem Entre Alunos Do Ensino Médio**. Monografia: Universidade Federal Fluminense Centro de Estudos Gerais. Niterói, 2007

SOUZA, M. T. M.; KERBAUY, M. T. M.. **Abordagem quanti-qualitativa: superação da dicotomia quantitativa-qualitativa na pesquisa em educação**. Educação e Filosofia, Uberlândia, v. 31, n. 61, p. 21-44, jan./abr. 2017. issn 0102-6801

SOUZA, N. V. N. **O rio mossoró e a educação ambiental na percepção de estudantes surdos**. Universidade Federal Rural do Semi-Árido. Mossoró – RN, 2016.

SOUZA, R. C. S. **Educação Especial em Sergipe do século XIX ao início do século XX: Cuidar e Educar para civilizar**. Tese de doutorado. Universidade Federal da Bahia, 2009.

STOREY, C. **Gênero e educação ambiental na Amazônia**. In: NOAL, F.O.; REIGOTA, M.; BARCELOS, V. H. L.; (org). Tendências da educação ambiental brasileira. Santa Cruz do SUL: EDUNISC, 2000.

TÉDDE, S. **Crianças com deficiência intelectual: a aprendizagem e a inclusão**. 99f. 2012. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado em Educação)–Centro Universitário Salesiano de São Paulo–Americana–SP.

THIOLLENT, M. **Metodologias participativa e sua aplicação em projetos de extensão universitária**. IN: THIOLLENT, Michel; ARAÚJO FILHO, Targino de; UFPB – João Pessoa, 2003.

VASCONCELOS, M. M. **Retardo mental**. Jornal de pediatria, Porto Alegre, v. 80, n.2, p. S71-S82. Abr. 2004.

VYGOTSKY L. Obras completas. **Tomo cinco: Fundamentos de Defectologia**. Havana: Editorial Pueblo Y Educación, 1989.



APÊNDICES

Apêndice A – Questionário

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN
Programa de Pós- graduação em Ciências Naturais – PPGCN
Departamento de Ciências Naturais – DCN
Curso de Ciências Biológicas

Prezado(a),

Este instrumento faz parte de uma pesquisa que busca investigar a percepção ambiental dos pessoas com deficiência assistidos por entidades da cidade de Mossoró Mossoró-RN, utilizado para a realização do trabalho de mestrado da UERN - Campus Central. Contamos com sua colaboração para responder esse instrumento. Não serão divulgadas informações ou referências sobre os participantes, portanto não é necessária a identificação.

Agradecemos a sua participação!

Renata Fernandes de Oliveira
Pesquisador Responsável
E-mail: renatinhafe@hotmail.com

Prof. Dr. Ramiro
Professor Orientador
E-mail: ramirogustavovc@gmail.com

QUESTIONÁRIO PARA ANALISAR AS CONCEPÇÕES PREVIA DOS ASSOCIADOS DAS ENTIDADES DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA DE MOSSORÓ RN.

1. Qual o tipo da sua deficiência?
() Auditiva () Visual () Intelectual () Físico () outros.

2. Grau de escolaridade?
 Não alfabetizado Ensino Fundamental Ensino médio Completo
 Ensino superior Pós- graduação
3. Cidade onde mora:
4. Sexo
 Feminino Masculino
5. O que é Meio Ambiente para você?
 Minha casa.
 Meu bairro.
 Plantas e animais.
 A natureza que me rodeia.
 Praças, escolas e hospitais.
 Minha cidade.
6. O que é Educação Ambiental?
7. Enumere por ordem de importância os assuntos sobre Educação Ambiental que você tem interesse em discutir.
 Rio Apodi Mossoró.
 Secas.
 Desmatamento da Caatinga.
 Desertificação.
8. Na sua entidade há alguma ação sobre Educação Ambiental
9. Quem são os responsáveis pelo surgimento dos problemas Ambientais?
10. Quem é responsável pela solução desses problemas?
11. No seu entender qual a relação entre acessibilidade e problemas Ambientais?
12. Como você acha que as pessoas podem colaborar para melhorar e/ ou conservar o ambiente que vivem?
13. O que você entende por preservação?
14. O que você entende por conservação?
15. O que você tem feito para melhorar e/ou conservar o ambiente que vive?

16. O que é Bioma?

17. Qual o Bioma da sua região?

18. O que você entende por desenvolvimento sustentável?

19. Sabe-se que um dos pilares do desenvolvimento sustentável é a inclusão social. Essa inclusão tem chegado até você?

20. Qual o seu papel no desenvolvimento sustentável?

21. O que você tem feito para economizar água

Apêndice B – Aplicação de questionário na ASMO e no FMCDMR



Apêndice B – Aplicação de questionário na ASMO e no FMCDMR



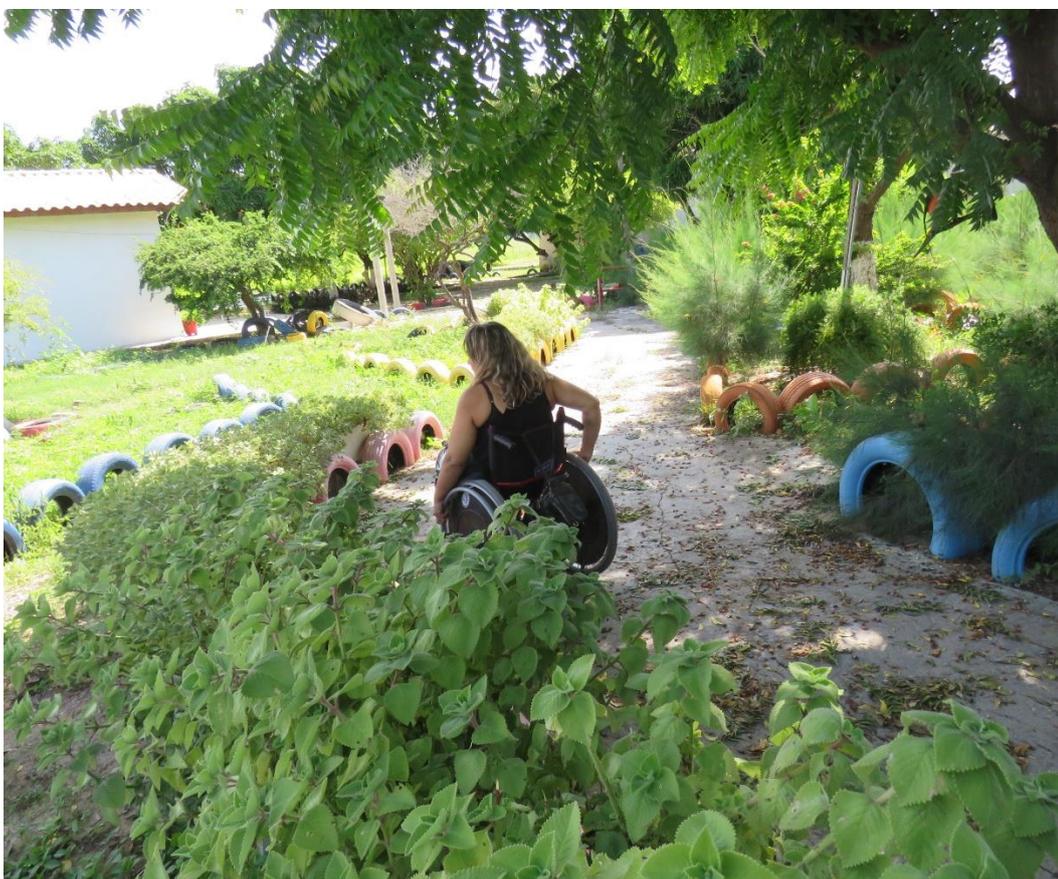
Apêndice B – Aplicação de questionário na ASMO e no FMCDMR



Apêndice C – Entrevistas na ADVM



Apêndice D – Visita na APAE



Apêndice D – Visita na APAE



Apêndice E – Visita ao Jardim Sensorial da APAE



Apêndice E – Visita ao Jardim Sensorial da APAE



Apêndice E – Visita ao Jardim Sensorial da APAE



Apêndice E – Visita ao Jardim Sensorial da APAE



Apêndice F – Oficina: Manhã Ambiental



Apêndice F – Oficina: Manhã Ambiental



Apêndice F – Oficina: Manhã Ambiental



Apêndice F – Oficina: Manhã Ambiental



Apêndice F – Oficina: Manhã Ambiental



Apêndice G – Materiais Da Oficina



Apêndice G – Materiais Da Oficina

